

Alupar Investimento S.A.

Índice das notas explicativas

Informações gerais.....	Nota 01
Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.....	Nota 02
Sumário das práticas contábeis	Nota 03
Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas.....	Nota 04
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 05
Investimentos de curto prazo	Nota 06
Títulos e valores mobiliários	Nota 07
Contas a receber de clientes.....	Nota 08
Outros tributos compensáveis.....	Nota 09
Ativo financeiro da concessão	Nota 10
Ativos mantidos para venda	Nota 11
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	Nota 12
Investimentos em controladas	Nota 13
Participação dos acionistas não controladores	Nota 14
Propriedades para investimentos	Nota 15
Imobilizado.....	Nota 16
Intangível.....	Nota 17
Fornecedores	Nota 18
Imposto de renda e contribuição social a pagar.....	Nota 19
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	Nota 20
Provisão para gastos ambientais	Nota 21
Provisão de constituição de ativos.....	Nota 22
Taxas regulamentares e setoriais	Nota 23
Adiantamento de clientes.....	Nota 24
Empréstimos e financiamentos	Nota 25
Debêntures.....	Nota 26
Provisões para contingências.....	Nota 27
Patrimônio líquido	Nota 28
Resultado por ação	Nota 29
Receita operacional líquida.....	Nota 30
Suprimento de energia e energia comprada para revenda	Nota 31
Custos e despesas operacionais.....	Nota 32
Receitas e despesas financeiras.....	Nota 33
Imposto de renda e contribuição social.....	Nota 34
Partes relacionadas	Nota 35
Instrumentos financeiros	Nota 36
Informações por segmento.....	Nota 37
Benefícios a empregados	Nota 38
Seguros.....	Nota 39
Eventos subsequentes	Nota 40

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”) sob código de negociação ALUP11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Companhia participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em cinco empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru (controladora da La Virgen), Boa Vista Participações S.A., Windepar S.A. e Alupar Chile Inversiones SpA.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Dados das empresas controladas e controladas em conjunto:

Concessões de linhas de transmissão

A Companhia possui aproximadamente 5.703 km de linhas de transmissão, sendo aproximadamente 4.750 km em operação e 753 km em fase pré-operacional, com voltagens entre 138 kV e 525 kV. Os sistemas de transmissão das controladas da Companhia tem prazo de concessão de 30 anos, e estão localizados na região Norte e Nordeste do país, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará; na região Sul, no Estado de Santa Catarina; na região Sudeste, nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo; no Centro-Oeste, no Estado do Mato Grosso; e, futuramente, nos Estados do Amazonas e Roraima (TNE) e no Estado de São Paulo (ELTE). A Companhia possui 51% de participação acionária na Transchile, que opera uma linha de transmissão de 200 km Temuco-Charrua, localizada no Chile.



A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de transmissão de energia elétrica:

Empresas	Localização / Conexão	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão		Início da Operação	Extensão da Linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2015-2016)	Índice de reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir 16º ano de Operação	Revisão Tarifária prevista
			Início	Fim							
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01	12/06/31	25/08/02	323 km	500KV	86.907	IGP-M	Sim	Não
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02	11/12/32	12/02/05	464 km	500 Kv	199.517	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02	11/12/32	15/09/04	179 km	230 Kv	44.786	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01	12/06/31	10/03/03	924 km	500 Kv	381.290	IGP-M	Sim	Não
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00	01/11/30	26/03/02	252,5 km	525 Kv	84.201	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04	18/02/34	01/01/06	541 km	500 Kv	159.637	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04	18/02/34	18/12/05	150 km	345 Kv	36.163	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transudeste de Transmissão	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05	04/03/35	23/02/07	140 km	345 Kv	22.414	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão	Irapé (MG) - Araçuaí (MG)	012/2005	15/03/05	15/03/35	23/05/07	65 km	230 Kv	26.287	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06	27/04/36	08/11/07	195 km	230 Kv	36.935	IPCA	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04	18/02/34	03/10/07	51 km	525 Kv	23.591	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07	20/04/37	12/12/08	107 km	230 Kv	13.097	IPCA	Sim	Sim
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08	16/10/38	11/07/11	775 km	230 Kv	40.615	IPCA	Não	Sim
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09	19/11/39	22/11/11	348 km	500/230 Kv	43.700	IPCA	Não	Sim
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Subestação Santos Dummond (MG)	025/2009	19/11/09	19/11/39	05/02/13	Subestação	138/345 Kv	11.542	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10	12/07/40	16/12/11	235 km	230 Kv	12.345	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10	23/12/40	23/12/12	Subestação	138/230 Kv	9.423	IPCA	Não	Sim
Transnorte Energia S.A.	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12	25/01/42	Pré Operacional	715 km	500 Kv	6.605	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12	10/05/42	19/01/2015	Subestação	230/525 Kv	19.741	IPCA	Não	Sim
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14	05/09/44	Pré Operacional	SE+38 Km	230/345 Kv	28.865	IPCA	Não	Sim
Transchile Charrúa Transmisión S.A. (*)	Charrúa - Nueva Temuco - Chile	N/A	16/06/05	N/A	21/01/10	200 km	220 Kv	N/A	CPI-USA	Não	Sim
Total						5.703 km		1.287.661			

(*) As linhas de transmissão da Transchile estão localizadas no Chile. Certas regras de concessão aplicáveis no Chile divergem das aplicáveis no Brasil, como por exemplo, podemos citar o fato dos ativos da Transchile não serem reversíveis ao Poder Concedente do Chile e o prazo de concessão ser indeterminado.

Concessões e autorizações de geração de energia elétrica

A Companhia detém os direitos de concessão e/ou autorização de 6 PCHs, 4 UHEs e um projeto eólico (5 parques eólicos), que totalizam 679 MW. Os sistemas de geração que a Companhia opera, por meio de contratos de concessões e/ou autorizações com prazo de 30 e 35 anos, estão localizados nos Estados do Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amapá e, futuramente, nos Estados do Rio Grande do Sul (Forquilha IV), Goiás (Verde 8), Minas Gerais (Água Limpa) e Ceará (Eólicas). A Companhia também possui o controle da Risaralda Energia SAS/ESP (Colômbia) e detém a participação de 15,09% das ações de La Virgen S.A.C (Peru), sendo esta, controlada da Alupar Inversiones Peru S.A.C.

A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Empresas	Localização	Contrato de Concessão / Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Concessão/ Autorização		Início da Operação	Capacidade Instalada - MW	Energia Assegurada - MW
			Início	Fim			
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	15/08/41	02/12/10	68,4	41,0
Ijuí Energia S.A.	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	15/08/41	04/06/11	51,0	30,4
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	138/2004 - 716/2006	06/04/04	06/04/34	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	139/2004 - 715/2006	06/04/04	06/04/34	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A.	Rio Araguari - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	09/11/45	04/11/14	252,0	153,1
Energia dos Ventos I S.A.	Aracati (CE)	Portaria 431	17/07/12	17/07/47	Pré Operacional	19,2	9,90
Energia dos Ventos II S.A.	Aracati (CE)	Portaria 428	16/07/12	16/07/47	Pré Operacional	12,6	5,80
Energia dos Ventos III S.A.	Aracati (CE)	Portaria 433	19/07/12	19/07/47	Pré Operacional	16,0	8,50
Energia dos Ventos IV S.A.	Aracati (CE)	Portaria 442	24/07/12	24/07/47	Pré Operacional	27,0	13,90
Energia dos Ventos X S.A.	Aracati (CE)	Portaria 435	19/07/12	19/07/47	Pré Operacional	14,4	7,30
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	Rio de Janeiro (RJ)	N/A	N/A	N/A	Pré Operacional	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*)	Rio Risaralda (PCH Morro Azul)	N/A	N/A	N/A	Pré Operacional	20,2	13,2
Forquilha IV Energia S.A.	Rio Forquilha - Machadinho (RS) e Maximiliano de Almeida (RS)	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Pré Operacional	-	-
Verde 8 Energia S.A.	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	006/2013	29/08/13	29/08/48	Pré Operacional	28,5	16,9
Água Limpa S.A.	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	010/2013	13/12/13	13/12/48	Pré Operacional	23,0	11,4
La Virgen S.A.C. (*)	Rio Tarma - Peru	253/2005 - 313/2008	N/A	N/A	Pré Operacional	64,0	40,4
						656,3	394,6

(*) As concessões de Risaralda e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras aplicáveis no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está realizando estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

2.Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Através da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi autorizada a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 10 de março de 2016.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e



pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia optou por apresentar essas informações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas a cada data de reporte.



2.3. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto, com exceção das controladas Alupar Peru, La Virgen e da controlada em conjunto Transchile, cuja moeda funcional é dólar norte-americano (US\$), da controlada Risaralda, cuja moeda funcional é o peso colombiano e da controlada Alupar Chile Inversiones SpA, cuja moeda funcional é o peso chileno. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.4. Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as informações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.



A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas a seguir e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2015	31/12/2014
Controladas diretas:				
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	"Alupar Peru"	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	"Transminas"	Holding	70,02	70,02
Boa Vista Participações S.A.	"Boa Vista"	Holding	80,00	80,00
Alupar Chile Inversiones SpA	"Alupar Chile"	Holding	100,00	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A.	"Foz"	Geração	52,01	50,01
Ijuí Energia S.A.	"Ijuí"	Geração	50,01	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	"Lavrinhas"	Geração	64,19	61,00
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	"Queluz"	Geração	68,83	65,70
Ferreira Gomes Energia S.A	"Ferreira Gomes"	Geração	100,00	100,00
Geração de Energia Termoeleétrica e Participações S.A.	"GET"	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P. (a)	"Risarlada"	Geração	99,97	99,95
Forquilha IV Energia S.A.	"Forquilha IV"	Geração	99,99	99,99
Verde 8 Energia S.A.	"Verde 8"	Geração	99,90	99,90
Agua Limpa S.A.	"Agua Limpa"	Geração	90,00	90,00
La Virgen S.A.C.	"La Virgen"	Geração	15,09	24,79
Energia dos Ventos I S.A. (b)	"EDV I"	Geração	99,99	50,99
Energia dos Ventos II S.A. (b)	"EDV II"	Geração	99,99	50,99
Energia dos Ventos III S.A. (b)	"EDV III"	Geração	99,99	50,99
Energia dos Ventos IV S.A. (b)	"EDV IV"	Geração	99,99	50,99
Energia dos Ventos X S.A.(b)	"EDV X"	Geração	99,99	50,99
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	"EATE"	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	"STN"	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	"ETES"	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	"ETEP"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	"ENTE"	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	"ERTE"	Transmissão	21,96	21,96
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (c)	"ECTE"	Transmissão	50,02	47,52
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	"ETEM"	Transmissão	62,06	62,06
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	"ETVG"	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	"ELTE"	Transmissão	99,99	99,99
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (h)	"Lumitrans"	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (c)	"STC"	Transmissão	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda.	"ACE"	Comercializadora	100,00	100,00
AF Energia S.A.	"AF"	Serviços	99,99	99,99
Windepar Holding S.A.	"Windepar"	Holding	100,00	-



Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2015	31/12/2014
<u>Controladas indiretas:</u>				
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.(i)	"EBTE"	Transmissão	25,51	25,51
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (i)	"Lumitrans"	Transmissão	40,01	40,01
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (i)	"STC"	Transmissão	30,79	30,79
Companhia Transleste de Transmissão (ii)	"Transleste"	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão (ii)	"Transudeste"	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão (ii)	"Transirapé"	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (iii) (i)	"ESDE"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (iv)	"ETSE"	Transmissão	50,02	47,52
La Virgen S.A.C. (v)	"La Virgen"	Geração	49,91	40,21
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vi)	"ERTE"	Transmissão	9,04	9,04
Companhia Transleste de Transmissão (vi)	"Transleste"	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transirapé de Transmissão (vi)	"Transudeste"	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transudeste de Transmissão (vi)	"Transirapé"	Transmissão	5,00	5,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (vii)	"STC"	Transmissão	9,23	9,23
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vii)	"ERTE"	Transmissão	19,01	19,01
(i) Controladas diretamente pela EATE				
(ii) Controladas diretamente pela Transminas				
(iii) Controlada diretamente pela ETEP				
(iv) Controlada diretamente pela ECTE				
(v) Controlada diretamente pela Alupar Peru				
(vi) Participação indireta via EATE				
(vii) Participação indireta via ENTE				

a) Aumento de capital - controlada Risaralda

Em 30 de março de 2015 foi aprovado o aumento do capital social da Risaralda de R\$ 21.236 (COP 19.620.000.000 - dezenove bilhões e seiscentos e vinte milhões de pesos colombianos), para R\$ 32.441 (COP 29.103.000.000 - vinte e nove bilhões e cento e três milhões de pesos colombianos). O aumento de R\$ 11.205 (COP 9.473.000.000 - nove bilhões e quatrocentos e setenta e três milhões de pesos colombianos) deu-se mediante a emissão de 9.473 (nove mil e quatrocentas e três) novas ações preferenciais. As referidas ações ordinárias foram subscritas e integralizadas pela Companhia. Após essa operação a Companhia passou a deter a participação direta de 99,97% das ações da controlada Risaralda.

b) Aquisição de participação – controladas Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X.

Em 02 de março de 2015 a Companhia concluiu o processo de aquisição de participação societária de cada uma das sociedades integrantes do Complexo Aracati, da seguinte forma, 7.315.700 ações (sete milhões, trezentos e quinze mil e setecentas) referente a EDV I, 4.459.000 ações (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil) referente a EDV II, 6.595.400 ações (seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e quatrocentas) referente a EDV III, 9.604.000 ações (nove milhões, seiscentos e quatro mil) referente a EDV IV e 5.865.300 ações (cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil e trezentas) referente a EDV X, totalizando 33.839.400 (trinta e três milhões, oitocentas e trinta e nove mil e quatrocentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 49,00% (quarenta e nove por cento).

As ações foram adquiridas pela Companhia pelo valor de R\$ 47.452. Esta transação foi registrada no ativo não circulante na rubrica de investimentos, tendo em vista que a Companhia adquiriu o controle integral das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.



Como resultado dessa aquisição, a Companhia passou a deter participação de 99,99% das ações da EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X. Dessa forma, a partir de 03 de março de 2015, a Companhia passou consolidar as informações contábeis dessas controladas.

c) Aquisição de participação – controlada ECTE

Em 26 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu 1.053.427 ações ordinárias da controlada ECTE e que eram de titularidade da MDU. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$ 4.720, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R\$ 927. Esta perda de capital foi registrada no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital. Após essa operação a Companhia passou a deter a participação direta de 50,02% das ações da controlada ECTE.

d) Aumento de Capital – controlada indireta – La Virgen

Em 15 de abril de 2015 foi aprovado o aumento do capital social da La Virgen de R\$ 36.422 (Novo Soles S/ 42.851.311 – quarenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, trezentos e onze novos soles), para R\$ 60.062 (Novo Soles S/ 70.371.431 – setenta milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e um novos soles). O aumento de R\$ 27.520 (Novo Soles S/ 27.520.120 – vinte e sete milhões, quinhentos e vinte mil, quatrocentos e trinta e um novos soles) deu-se mediante a emissão de 27.520.120 (vinte e sete milhões, quinhentos e vinte mil e cento e vinte) novas ações preferenciais. As referidas ações ordinárias foram subscritas e integralizadas pela Alupar Investimentos Peru S.A.C, e pela Peruana de Energia S.A.A. Após essa operação a Alupar Investimentos S.A. que detinha 24,79 % das ações, passou a deter a participação direta de 15,09% das ações da controlada La Virgen, e a empresa Alupar Investimentos Peru S.A.C., passou a deter a participação direta de 49,91%.

Nesta data também foi realizado o aporte no montante de R\$ 8.690, (Novo Soles S/ 11.008.048,56 – onze milhões, oito mil, e quarenta e oito novos soles e cinquenta e seis centavos) na conta de reserva de capital realizado pela Alupar Inversiones Peru S.A.C, onde de acordo com o acordo de acionistas, essa “prima de capital” é de direito da Peruana de Energia S.A.A, para futuro aumento de capital e garantia de não diluição em sua participação acionaria.

As seguintes controladas em conjunto estão registradas no consolidado por meio do método da equivalência patrimonial:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2015	31/12/2014
<u>Controladas em conjunto</u>				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	"TME"	Transmissão	46,00	46,00
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	"Transchile"	Transmissão	51,00	51,00
Transnorte Energia S.A.	"TNE"	Transmissão	51,00	51,00

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.



3. Sumário das práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.



3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2 Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

3.1.3 Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em suas demonstrações contábeis.



3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.5 Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Contratos de concessão

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devam ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

3.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

3.3 Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 16, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2015.



O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Direito de concessão – uso do bem público

O ativo intangível das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.



Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.



3.6.1 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6.2 Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.6.3 Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de



taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Tributação

3.9.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - alíquota de acordo com o Estado aonde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro



tributável, exceto as controladas, que estão sob o regime de apuração com base no lucro presumido conforme detalhado na nota explicativa 31. O imposto de renda e a contribuição social corrente são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Atualmente, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- **Lucro Presumido:** Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n.º 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e controladas em conjunto que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.
- **Lucro Real** - Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas controladas em conjunto que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.9.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.



Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Repacutação do Risco Hidrológico

Em 28 de dezembro de 2015 as controladas Ijuí Energia, Foz do Rio Claro e Ferreira Gomes Energia protocolaram na ANEEL o pedido e pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR optando, respectivamente pelo produto SP 100, SP 100 e SP 92. Nos dias 07 de janeiro de 2016, 14 de janeiro de 2016 a 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico, respectivamente, das UHE São José, UHE Foz do Rio Claro e da UHE Ferreira Gomes.

O registro contábil nas controladas tiveram efeito de reversão na conta de energia comprada para revenda e consistiu um crédito ao ser compensado ao longo do tempo, no curto e longo prazo, na conta de Despesa de Seguro Antecipada. O montante repactuado na data de 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 8.817 para UHE São José, R\$ 11.462 para UHE Foz do Rio Claro e R\$ 16.795 para UHE Ferreira Gomes, sendo que os mesmos serão amortizados no prazo de 4 anos e 6 meses para as empresas Ijuí e Foz do Rio Claro e 13 anos e 3 meses para a empresa Ferreira Gomes totalizando o montante de R\$ 37.074.

3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.



3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.14.1 Receita de transmissão de energia elétrica

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01 (R1). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das



instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura
- Remuneração do ativo do financeiro da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receita de transmissão de energia
- Remuneração do ativo financeiro da concessão

3.14.2 Receita de suprimento de energia elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

3.14.3 Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.15 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.16 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e



setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.17 Segmento de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de provisões para litígios, passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.18.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 3.4, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 474, de 7 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. A Companhia entende que esses critérios refletem adequadamente a vida útil de seus ativos.

3.18.2 Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.



3.18.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.18.4 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.18.5 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.18.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.



3.18.7 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.18.8 Determinação das receitas de infraestrutura

As controladas abrangidas pelo escopo do ICPC 01 (R1), registram a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1). De acordo com a regulação do setor elétrico brasileiro, a concessionária de geração ou transmissão é responsável pela construção do respectivo empreendimento, e dessa forma é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção, por consequência, apurar margem de lucro, se houver. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

3.18.9 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.19 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O grupo elaborou demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.21 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.



Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de veto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

4. Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas

4.1 Pronunciamentos que entraram em vigor em 2015

Diversas normas e alterações entraram em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram nenhum impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

4.2 Normas e interpretações que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2015

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas emitidas cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15 e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2) IAS 16/CPC 27e IAS 41/CPC 29.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa				
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	1.443	297
Fundos de investimento (*)	97,77%	92,32%	66.342	48.770
Certificados de depósitos bancários	100,98%	101,00%	53.879	22.795
Operações compromissadas	130,41%	100,00%	12.967	42.126
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	-	174
Total			134.631	114.162

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa				
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	227.968	67.090
Fundos de investimento (*)	97,77%	92,32%	66.342	48.770
Certificados de depósitos bancários	98,85%	93,58%	215.870	156.533
Operações compromissadas	123,90%	99,81%	15.341	42.456
Outros fundos de investimento	98,25%	93,84%	64.652	19.609
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	1.684	3.234
Total			591.857	337.692

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em aplicações em instituições financeiras de primeira linha, inclusive os classificados como outros fundos de investimento.



Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, operações compromissadas e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas mesmas características são aplicáveis para as aplicações classificadas como outros fundos de investimento.

(*) Referem-se ao fundo exclusivo FI – Energia, cuja composição da carteira é assim como segue:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Composição da carteira de fundos		
Operações compromissadas - Notas do tesouro nacional	66.345	71.816
Títulos federais - Letras financeiras do tesouro	44.430	140.258
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	-	46.501
Valores a pagar	(5)	(15)
Disponibilidades	2	1
Total - FI Energia	110.772	258.561
Registrado em caixa e equivalentes de caixa	66.342	48.770
Registrado em investimentos de curto prazo	44.430	209.791
Total - FI Energia	110.772	258.561

6. Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo:	Remuneração média - % CDI		Controladora / Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo				
Fundos de investimento (*)	97,77%	92,32%	44.430	209.791
			44.430	209.791

Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo:

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundo exclusivo investido primordialmente em títulos do Tesouro Brasileiro (vide abaixo), e outros fundos de investimento em CDI, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(*) Referem-se ao fundo exclusivo FI – Energia, vide composição na nota explicativa 4.



7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira dos títulos e valores mobiliários é assim como segue:

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários				
Circulante				
Certificados de depósitos bancários	99,00%	-	6.304	-
Outros fundos de investimento	88,79%	79,92%	67.121	35.748
Operações compromissadas	100,80%	99,79%	9.482	14.379
			82.907	50.127
Não circulante				
Certificados de depósitos bancários	99,00%	99,00%	3.054	6.811
Outros fundos de investimento	95,44%	89,21%	3.790	21.762
			6.844	28.573
			89.751	78.700

Os títulos e valores mobiliários são compostos por:

- Aplicações financeiras constituídas como contas reservas definidas nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.
- Aplicações financeiras destinadas ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito à aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

8. Contas a receber de clientes

a) As contas a receber de clientes estão compostas como a seguir:

	Consolidado					31/12/2015	31/12/2014
	Saldos vincendos	Saldos vencidos (*)					
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias		
Sistema de transmissão de energia							
Encargos de uso da transmissão faturados	123.595	724	479	2.210	6.405	133.413	149.330
	123.595	724	479	2.210	6.405	133.413	149.330
Sistema de geração de energia							
Contrato bilateral - ambiente regulado	31.841	590	358	97	502	33.388	12.579
Contrato bilateral - ambiente livre	7.874	-	-	-	-	7.874	7.419
MRE e Spot (energia de curto prazo)	9.791	-	6.604	-	-	16.395	73.055
	49.506	590	6.962	97	502	57.657	93.053
	173.101	1.314	7.441	2.307	6.907	191.070	242.383
Circulante						182.712	228.751
Não circulante						8.358	13.632
Total						191.070	242.383

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, mesmo com relação aos itens vencidos há mais de 360 dias, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas nas contas a receber, avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).



b) A movimentação das contas a receber de clientes é como segue:

	Consolidado								
	31/12/2014	Provisão	Reversão da provisão	Faturamento	Recebimento	Transferência de adiantamento de clientes	Juros	Baixas	31/12/2015
Sistema de transmissão de energia									
Encargos de uso da transmissão faturados	149.330	-	-	1.211.419	(1.234.185)	6.882	(33)	-	133.413
(-) Provisão de parcela variável	-	-	-	(284)	-	-	-	284	-
Contratos de compartilhamento de instalações - CCI	-	-	-	1.161	(1.161)	-	-	-	-
	149.330	-	-	1.212.296	(1.235.346)	6.882	(33)	284	133.413
Sistema de geração de energia									
Contrato bilateral - ambiente regulado	12.579	16.508	(16.508)	256.602	(235.793)	-	-	-	33.388
Contrato bilateral - ambiente livre	7.419	85.834	(85.045)	99.619	(99.953)	-	-	-	7.874
MRE e Spot (energia de curto prazo)	73.055	26.028	(15.322)	10.770	(78.136)	-	-	-	16.395
	93.053	128.370	(116.875)	366.991	(413.882)	-	-	-	57.657
	242.383	128.370	(116.875)	1.579.287	(1.649.228)	6.882	(33)	284	191.070

9.Outros tributos compensáveis

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas, sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

Outros tributos compensáveis:

Circulante

Imposto de renda e contribuição social compensáveis

Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	7.522	2959
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	1.458	1852
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	26.736	33.785	30.439	36463
	26.736	33.785	39.419	41.274

Outros tributos compensáveis

Programa de Integração Social - PIS	-	17	1.807	575
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	76	8.463	3.149
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	502	523
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	1.031	342
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	274	275
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	127	116
Outros	-	-	419	518
	-	93	12.623	5.498

Não circulante

Imposto de renda e contribuição social compensáveis

Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	6.026	31
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	8.685	449
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	3.190	3201
	-	-	17.901	3.681

Outros tributos compensáveis

Programa de Integração Social - PIS	-	-	1.270	3.649
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	6.784	17.862
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	89	89
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	38	37
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	13	13
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	93	93
	-	-	8.287	21.743
Total	26.736	33.878	78.230	72.196



10. Ativo financeiro da concessão

a) Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.

As controladas da Companhia realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas e controladas em conjunto da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nestas controladas e controladas em conjunto. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas e controladas em conjunto são, ou serão, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico.
- Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

b) Critério de reajuste das tarifas de transmissão

Os contratos de concessão estabelecem os valores de receita que as controladas de transmissão receberão ao longo do período de concessão, sendo tais valores estáveis e previsíveis. A RAP é contratada junto ao poder concedente na outorga das concessões e está sujeita à disponibilidade das linhas de transmissão, e não ao volume de energia transmitida. Segundo os contratos de transmissão das controladas, as RAPs são ajustadas anualmente, no mês de julho, pela variação anual do IGP-M ou IPCA, conforme contrato. As controladas diretas ETEM, ETES, ETVG e ELTE, as controladas em conjunto TME e TNE, controladas indiretas EBTE, ESDE e ETSE, estão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 5 anos, durante todo o prazo da concessão. Até que complete o 15º ano de concessão, essa revisão está relacionada essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão. Os contratos de concessão das



controladas diretas EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETEP, ETES, STN, das controladas indiretas Transirapé, Transleste, Transudeste e das controladas diretas e indiretas Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Os contratos de concessão outorgados pela ANEEL, anteriores à publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 230, de 12 de setembro de 2006, que foi revogada pela Resolução Normativa nº. 490, de 29 de maio de 2012, não contêm previsão que autoriza a revisão tarifária periódica da RAP. Isso porque os respectivos editais de licitação não continham tal previsão, permitindo aos licitantes que projetassem a RAP constante de suas propostas financeiras sem levar em consideração eventuais revisões periódicas.

c) Reforços, Melhorias e Receita em função destas obras

O Poder Concedente poderá alterar, unilateralmente, os contratos de concessão, inclusive quando houver alteração do projeto ou das especificações anteriormente previstas. À concessionária é garantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão podendo ser conferida uma receita adicional para amortização dos investimentos realizados para a implementação de tais alterações.

Já as melhorias, em tese, encontram-se abrangidas pelo objeto de cada concessão e servem para a continuidade da prestação do serviço adequado. Melhoria compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos ou adequação destas instalações visando manter a prestação de serviço adequada à transmissão de energia elétrica, de acordo com o respectivo contrato de concessão, Resoluções Normativas e os Procedimentos de Rede. Os custos incorridos com melhorias são registrados de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, para que sejam considerados nas revisões da RAP subsequentes.

Reforço é a instalação, substituição ou reforma em instalações de transmissão existentes ou adequação destas instalações, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas previamente pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, a conexão de usuários. Determinadas espécies de reforços poderão ser implementadas diretamente pelas concessionárias de transmissão, sem a autorização prévia da ANEEL, desde que haja solicitação do ONS motivada por expansão da capacidade ou da confiabilidade do SIN.

d) A composição e a movimentação do ativo financeiro da concessão por controlada é como segue:



		Consolidado					
	Taxa de remuneração do ativo financeiro - a.a	31/12/2014	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Recebimento	31/12/2015
Controladas diretas							
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	35,70%	949.338	25.809	310.565	-	(372.624)	913.088
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	23,41%	684.405	18.207	151.076	1.300	(157.423)	697.565
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	34,24%	582.027	13.197	184.340	-	(194.803)	584.761
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	16,58%	227.992	4.347	35.528	470	(37.344)	230.993
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	33,60%	202.497	6.041	60.894	-	(82.500)	186.932
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	37,06%	194.033	8.983	63.321	-	(85.153)	181.184
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	29,77%	143.737	5.516	37.740	-	(43.903)	143.090
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	14,52%	104.727	2.909	14.300	483	(13.128)	109.291
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	22,48%	99.409	2.800	22.048	-	(23.125)	101.132
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	12,35%	87.747	3.060	11.663	51	(13.300)	89.221
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	16,54%	30.951	1.018	4.941	31.709	(4.421)	64.198
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	14,89%	450	-	312	5.203	-	5.965
		3.307.313	91.887	896.728	39.216	(1.027.724)	3.307.420
Controladas indiretas							
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	10,30%	535.695	6.415	56.347	-	(43.267)	555.190
Companhia Transleste de Transmissão	22,48%	155.992	3.857	31.761	-	(35.275)	156.335
Companhia Transudeste de Transmissão	22,48%	101.616	1.996	21.535	-	(21.973)	103.174
Companhia Transirapé de Transmissão	17,89%	125.774	2.810	22.686	10.041	(22.758)	138.553
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	15,20%	92.090	2.927	14.378	-	(11.533)	97.862
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	13,74%	174.762	(1.239)	26.568	26.520	(14.974)	211.637
		1.185.929	16.766	173.275	36.561	(149.780)	1.262.751
		4.493.242	108.653	1.070.003	75.777	(1.177.504)	4.570.171
Circulante		1.176.519					1.249.115
Não circulante		3.316.723					3.321.056
		4.493.242					4.570.171

Em 31 de dezembro de 2015, não há itens vencidos registrados no ativo financeiro da concessão.

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão do Grupo Alupar de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918 de 23 de junho de 2015 é como segue:

Ciclo 2015-2016	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total Líquido
	(a) RBL	(b) RBNI	(a) RBL	(b) RBNI	(c) RPEC	(d) RCDM			
Concessão									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	374.122	7.168	-	-	-	-	381.290	(36.649)	344.640
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	199.517	-	-	-	-	-	199.517	(19.177)	180.340
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	159.637	-	-	-	-	-	159.637	(15.344)	144.293
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	86.907	-	-	-	-	-	86.907	(8.350)	78.557
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	84.201	-	-	-	-	-	84.201	(8.093)	76.108
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	35.258	9.527	-	-	-	-	44.786	(4.305)	40.481
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	35.647	2.252	2.343	-	372	-	40.615	(5.088)	35.526
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	24.511	-	6.666	1.889	299	3.569	36.935	(2.479)	34.456
Companhia Transleste de Transmissão	36.163	-	-	-	-	-	36.163	(3.476)	32.687
Companhia Transirapé de Transmissão	15.433	3.803	3.516	2.489	287	759	26.287	(2.159)	24.128
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	23.591	-	-	-	-	-	23.591	(2.268)	21.324
Companhia Transudeste de Transmissão	22.414	-	-	-	-	-	22.414	(2.154)	20.260
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	14.966	66	2.294	1.462	953	-	19.741	(353)	19.388
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	7.301	86	-	3.910	-	1.801	13.097	(798)	12.299
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	7.428	-	3.306	-	808	-	11.542	(796)	10.747
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	12.345	-	-	-	-	-	12.345	(1.155)	11.190
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.207	5.247	2.527	-	441	-	9.423	(94)	9.329
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.140.649	28.150	20.653	9.750	3.159	6.130	1.208.491	(112.739)	1.095.752

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão do Grupo Alupar de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014 é como segue:



Ciclo 2014-2015	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total Líquido
	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RPEC ^(c)	RCDM ^(d)			
Concessão									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	359.354	6.885	-	-	-	-	366.239	3.874	370.112
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	191.641	-	-	-	-	-	191.641	2.019	193.660
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	153.335	-	-	-	-	-	153.335	1.617	154.952
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	83.439	-	-	-	-	-	83.439	883	84.322
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	80.877	-	-	-	-	-	80.877	856	81.733
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	33.867	9.151	-	-	-	-	43.018	429	43.447
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	34.709	1.659	2.281	-	362	-	39.011	956	39.966
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	22.596	-	6.146	1.742	276	3.290	34.050	744	34.794
Companhia Transleste de Transmissão	34.736	-	-	-	-	-	34.736	366	35.102
Companhia Transirapé de Transmissão	14.824	6.044	3.377	-	275	730	25.249	190	25.439
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	22.660	-	-	-	-	-	22.660	239	22.899
Companhia Transudeste de Transmissão	21.530	-	-	-	-	-	21.530	224	21.754
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	13.797	-	2.115	-	878	-	16.790	-	16.790
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	6.731	79	-	3.604	-	1.652	12.066	(817)	11.248
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	7.363	-	3.277	-	801	-	11.441	(54)	11.387
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	11.381	-	-	-	-	-	11.381	133	11.514
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.113	-	2.330	-	407	-	3.849	(11)	3.838
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.093.952	23.818	19.526	5.346	2.999	5.672	1.151.313	11.645	1.162.958

- (a) Rede Básica Licitada
(b) Rede Básica Novas Instalações
(c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas
(d) Receita das Demais Instalações de Transmissão
(e) Demais Instalações de Transmissão

11. Ativos mantidos para venda

Complexo Fortim

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Energia dos Ventos V S.A.	-	7.922
Energia dos Ventos VI S.A.	-	10.808
Energia dos Ventos VII S.A.	-	10.920
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	7.901
Energia dos Ventos IX S.A.	-	7.970
	-	45.521

Na data de 23 de dezembro de 2014, Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) e Alupar celebraram o “Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças”, no qual Furnas se obrigou sob condição suspensiva de eficácia de obtenção de anuência prévia por parte do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais-DEST, a comprar, e a Alupar se obrigou a vender a totalidade de ações que esta última detém, de emissão da Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos S.A. VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A..

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de vendas das empresas Energia dos Ventos V, VI, VII, VIII e IX, que resultou em um efeito positivo no montante de R\$ 5,9MM do valor anteriormente registrado como disponível para venda.



12. Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

As movimentações dos investimentos é como segue:

Consolidado							
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2014	Adições/Baixas	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Investimentos baixados em transação de capital	Saldo em 31/12/2015
Controladas em conjunto							
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	75.842	-	-	(1.663)	7.001	-	81.180
Transnorte Energia S.A.	53.761	110.670	-	-	(10.001)	-	154.430
Energia dos Ventos I S.A.	7.548	-	-	-	-	(7.548)	-
Energia dos Ventos II S.A.	4.585	-	-	-	(1)	(4.584)	-
Energia dos Ventos III S.A.	6.801	-	-	-	(1)	(6.800)	-
Energia dos Ventos IV S.A.	9.922	-	-	-	(1)	(9.921)	-
Energia dos Ventos X S.A.	6.042	-	-	-	(1)	(6.041)	-
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	66.746	-	32.278	-	5.485	-	104.509
Total - Participação em controladas em conjunto	231.247	110.670	32.278	(1.663)	2.481	(34.894)	340.119
Investimentos indiretos							
Companhia Transleste de Transmissão (*)	3.090	-	-	(339)	911	-	3.662
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	2.898	-	-	(126)	713	-	3.485
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	3.197	-	-	(177)	743	-	3.763
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	13.214	-	-	(2.038)	3.060	-	14.236
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	21.433	-	-	(2.568)	2.930	-	21.795
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	27.783	-	-	(4.274)	6.427	-	29.936
Total - Investimentos indiretos	71.615	-	-	(9.522)	14.784	-	76.877
Total	302.862	110.670	32.278	(11.185)	17.265	(34.894)	416.996

(*) Participação indireta proveniente da controlada EATE

(**) Participação indireta proveniente da controlada ENTE

As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das controladas em conjunto e dos investimentos indiretos estão demonstradas a seguir:

Consolidado								
Empresa	31/12/2015				31/12/2014			
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia, pela EATE e pela ENTE			Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia e pela EATE		
		Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total
Controladas em conjunto								
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	97.793.590	44.985.051	-	44.985.051	97.793.590	44.985.051	-	44.985.051
Transnorte Energia S.A.	298.705.100	152.339.601	-	152.339.601	81.705.100	41.669.601	-	41.669.601
Energia dos Ventos I S.A.	-	-	-	-	14.930.000	7.612.807	-	7.612.807
Energia dos Ventos II S.A.	-	-	-	-	9.100.000	4.640.090	-	4.640.090
Energia dos Ventos III S.A.	-	-	-	-	13.460.000	6.863.254	-	6.863.254
Energia dos Ventos IV S.A.	-	-	-	-	19.600.000	9.994.040	-	9.994.040
Energia dos Ventos V S.A.	-	-	-	-	15.660.000	7.985.034	-	7.985.034
Energia dos Ventos VI S.A.	-	-	-	-	21.340.000	10.881.266	-	10.881.266
Energia dos Ventos VII S.A.	-	-	-	-	21.560.000	10.993.444	-	10.993.444
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	-	-	-	15.620.000	7.964.638	-	7.964.638
Energia dos Ventos IX S.A.	-	-	-	-	15.760.000	8.036.024	-	8.036.024
Energia dos Ventos X S.A.	-	-	-	-	11.970.000	6.103.503	-	6.103.503
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	56.407.271	28.767.708	-	28.767.708	56.407.271	28.767.708	-	28.767.708
Investimentos indiretos								
Companhia Transleste de Transmissão (*)	49.569.000	4.956.900	-	4.956.900	49.569.000	4.956.900	-	4.956.900
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	30.000.000	3.000.000	-	3.000.000	30.000.000	3.000.000	-	3.000.000
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	22.340.490	2.234.049	-	2.234.049	22.340.490	2.234.049	-	2.234.049
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	84.133.970	-	15.208.597	15.208.597	84.133.970	-	15.208.597	15.208.597
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	211.003.246	38.930.597	-	38.930.597	211.003.246	38.930.597	-	38.930.597
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	84.133.970	5.126.185	26.858.388	31.984.573	84.133.970	5.126.185	26.858.388	31.984.573



Consolidado						
Empresa	31/12/2015			31/12/2014		
	Patrimônio líquido	Participação da Alupar e da EATE		Patrimônio líquido	Participação da Alupar e da EATE	
		no capital social	no patrimônio líquido		no capital social	no patrimônio líquido
<u>Controladas em conjunto</u>						
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	176.479	46,00%	81.180	164.874	46,00%	75.842
Transnorte Energia S.A.	302.802	51,00%	154.430	105.416	51,00%	53.761
Energia dos Ventos I S.A.	-	-	-	14.802	50,99%	7.548
Energia dos Ventos II S.A.	-	-	-	8.992	50,99%	4.585
Energia dos Ventos III S.A.	-	-	-	13.337	50,99%	6.801
Energia dos Ventos IV S.A.	-	-	-	19.458	50,99%	9.922
Energia dos Ventos X S.A.	-	-	-	11.849	50,99%	6.042
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	204.920	51,00%	104.509	130.879	51,00%	66.746
<u>Investimentos indiretos</u>						
Companhia Transleste de Transmissão (*)	73.254	10,00%	3.662	61.768	10,00%	3.090
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	69.676	10,00%	3.485	57.929	10,00%	2.898
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	75.240	10,00%	3.763	63.916	10,00%	3.197
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	157.450	18,08%	14.236	146.133	18,08%	13.214
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	236.206	18,45%	21.795	232.274	18,45%	21.433
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	157.450	38,02%	29.936	146.133	38,02%	27.783
			416.996			302.862

TNE: A Transnorte Energia é uma empresa formada pela parceria entre Alupar (51%)/Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715,0 km de linha de 500 kV, em circuito duplo, com 02 novas subestações, a SE Equador – 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV – 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

A companhia por deter 51% das ações da TNE e controlar em conjunto as operações e decisões da controlada, registra as operações da TNE no consolidado pelo método de equivalência patrimonial. Segue a baixo a posição contábil da controlada TNE em 31 de dezembro de 2015.

Empresa	31/12/2015								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Transnorte Energia S.A	15.827	292.842	3.805	2.062	75.364	(81.525)	(850)	(12.603)	(19.614)

Este empreendimento possui um deslocamento documentado e justificável do seu cronograma de implantação, em função do processo de seu licenciamento ambiental, especialmente no que tange ao estudo do componente indígena.

Após inúmeras tratativas, inclusive com órgãos públicos, não foi possível obter, até o momento, o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão, tendo em vista que a FUNAI não apresentou manifestação conclusiva quanto à viabilidade ambiental do projeto. Tal ausência, impossibilita o IBAMA de expedir as respectivas licenças ambientais, embora a análise de tal órgão aponte no sentido de viabilidade ambiental do projeto.

Decorridos três anos, sem que fosse apresentada uma solução à TNE, o consórcio protocolou no dia 02 de setembro de 2015, na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 – ANEEL. Caso não houvesse este impasse, a linha que foi leiloada em setembro de 2011 deveria estar em operação desde janeiro de 2015, tendo como principal objetivo a redução da geração térmica no Estado de Roraima, visto que este Estado é o único que encontra-se fora do SIN.



Destacamos que a SE Boa Vista encontra – se em operação comercial desde maio de 2015, gerando uma receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida - RAP total do Empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2015, a TNE revisou os valores mínimos de realização dos valores realmente gastos no projeto de desenvolvimento e efetuou o registro de provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros no montante de R\$ 44.020 (efeito de equivalência apenas de 51% deste valor na controlada) de forma a refletir os valores dos itens que são objeto do pleito de devolução da concessão.

Empresa	Consolidado								
	Dados das controladas em conjunto / dos investimentos indiretos								
	31/12/2015								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas em conjunto									
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	78.188	288.545	30.773	159.481	49.988	(6.943)	(10.969)	(16.858)	15.218
Transnorte Energia S.A.	15.827	292.842	3.805	2.062	75.364	(81.525)	(850)	(12.603)	(19.614)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	31.864	305.910	21.446	111.408	23.808	(7.886)	(4.718)	(457)	10.747
Investimentos indiretos									
Companhia Transleste de Transmissão (*)	48.813	125.963	17.962	83.560	32.863	(3.784)	(9.206)	(1.633)	18.240
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	31.037	81.978	20.540	22.799	22.071	(2.116)	(4.670)	(1.020)	14.265
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	33.768	114.005	23.849	48.684	33.965	(12.674)	(5.139)	(1.299)	14.853
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*) (**)	72.084	99.197	7.631	6.200	39.871	(5.357)	1.234	(1.905)	33.843
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	51.135	198.488	4.808	8.609	37.467	(4.690)	588	(1.614)	31.751

Empresa	Consolidado								
	Dados das controladas em conjunto / dos investimentos indiretos								
	31/12/2014								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do exercício
Controladas em conjunto									
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	62.800	278.329	22.017	154.238	50.271	(7.102)	(11.664)	(10.289)	21.216
Transnorte Energia S.A.	37.617	287.046	207.018	12.229	210.839	(185.743)	(17)	(8.533)	16.546
Energia dos Ventos I S.A.	1.007	15.917	2.122	-	-	(59)	(2)	-	(61)
Energia dos Ventos II S.A.	589	10.483	2.080	-	-	(41)	(2)	-	(43)
Energia dos Ventos III S.A.	1.167	14.304	2.134	-	-	(50)	(2)	-	(52)
Energia dos Ventos IV S.A.	403	22.783	3.728	-	-	(66)	(2)	-	(68)
Energia dos Ventos X S.A.	615	13.383	2.149	-	-	(52)	(2)	-	(54)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	19.459	212.717	19.204	82.093	16.898	(9.810)	(2.972)	(961)	3.155
Investimentos indiretos									
Companhia Transleste de Transmissão (*)	50.414	122.034	13.993	96.687	30.307	(3.730)	(5.252)	(1.324)	20.001
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	29.814	80.212	14.809	37.288	20.257	(2.090)	(4.586)	(871)	12.710
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	35.109	101.299	18.496	53.996	51.604	(34.238)	(3.776)	(1.936)	11.654
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	55.385	102.295	4.792	6.755	37.798	(4.658)	(643)	(1.473)	31.024
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	44.854	200.207	4.006	8.781	35.259	(4.629)	294	(1.234)	29.690
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	55.385	102.295	4.792	6.755	37.798	(4.658)	(643)	(1.473)	31.024

(*) Participação indireta proveniente da controlada EATE

(**) Participação indireta proveniente da controlada ENTE

13. Investimentos em controladas

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Controladora									
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reserva para reinvestimento	Compra de participação de não controladores - (Ágio)/Deságio	Ganho/Perda de capital na tradução de balanços	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Investimentos adquiridos em transação de capital	Saldo em 31/12/2015
Controladas										
Transminas Holding S.A.	52.884	-	-	-	-	-	(11.168)	13.563	-	55.279
Foz do Rio Claro Energia S.A.	125.472	-	-	1.662	-	-	(1.594)	8.095	-	133.635
Ijuí Energia S.A.	238.125	-	-	-	-	-	-	3.654	-	241.779
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	75.085	-	-	-	-	-	(1.838)	7.503	-	80.750
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	101.361	2.300	-	-	-	-	(1.854)	7.600	-	109.407
Ferreira Gomes Energia S.A.	643.455	183.160	-	-	-	-	-	(17.603)	-	809.012
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	343.544	-	(353)	-	-	-	(98.281)	120.822	-	365.732
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	172.720	-	-	-	-	-	(41.158)	76.540	-	208.102
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	59.045	-	-	-	-	-	(2.440)	2.304	-	58.909
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	78.613	-	-	-	-	-	(20.071)	18.738	-	77.280
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	154.456	-	-	-	-	-	(49.976)	64.913	-	169.393
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	32.090	-	-	-	-	-	(4.945)	7.430	-	34.575
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	72.034	4.720	-	(926)	-	-	(12.108)	9.952	-	73.672
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	39.058	-	-	-	-	-	(744)	3.131	-	41.445
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	14.481	-	-	-	-	-	(246)	1.604	-	15.839
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	15	-	-	-	-	-	-	165	-	180
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	15.692	-	-	-	-	-	(2.690)	2.974	-	15.976
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	46.455	-	-	-	-	-	(5.564)	6.350	-	47.241
AF Energia S.A.	274	-	-	-	-	-	-	(72)	-	202
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	13.840	11.205	-	-	-	1.825	-	(8.214)	-	18.656
Forquilha IV Energia S.A.	10	-	-	-	-	-	-	(6)	-	4
La Virgen S.A.C.	12.198	-	-	-	5.390	4.397	-	(2.522)	-	19.463
Energia dos Ventos I S.A.	-	18.159	-	-	-	-	-	(42)	7.548	25.665
Energia dos Ventos II S.A.	-	7.653	-	-	-	-	-	(36)	4.584	12.201
Energia dos Ventos III S.A.	-	17.794	-	-	-	-	-	(43)	6.800	24.551
Energia dos Ventos IV S.A.	-	40.322	-	-	-	-	-	(51)	9.921	50.192
Energia dos Ventos X S.A.	-	13.525	-	-	-	-	-	(32)	6.041	19.534
Total	2.290.907	298.838	(353)	736	5.390	6.222	(254.677)	326.717	34.894	2.708.674

Movimentação da provisão para passivo a descoberto

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Controladora									
	Saldo em 31/12/2014 (reclassificado)	Adições	Reserva para reinvestimento	Compra de participação de não controladores - (Ágio)/Deságio	Ganho/Perda de capital na tradução de balanços	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Investimentos adquiridos em transação de capital	Saldo em 31/12/2015
Controladas										
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	(17.095)	467	-	-	(4.868)	(11.058)	-	(2.010)	-	(34.564)
Alupar Chile Inversiones SpA	-	22	-	-	-	(100)	-	(1.282)	-	(1.360)
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	(389)	-	-	-	-	-	-	(4)	-	(393)
ACE Comercializadora Ltda.	(422)	-	-	-	-	-	-	(583)	-	(1.005)
Boa Vista Participações S.A.	(3)	-	-	-	-	-	-	(8)	-	(11)
Verde 8 Energia S.A.	1	-	-	-	-	-	-	(12)	-	(11)
Água Limpa S.A.	9	-	-	-	-	-	-	(11)	-	(2)
Total	(17.899)	489	-	-	(4.868)	(11.158)	-	(3.910)	-	(37.346)

Para melhor apresentação das notas explicativas, a Companhia optou por reclassificar os saldos credores antes apresentados na rubrica de investimentos em controladas no ativo não circulante para Provisão para passivo a descoberto no passivo não circulante do ano de 2014, para uma melhor leitura das notas explicativas.

As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das controladas estão demonstradas a seguir:



Controladora								
Empresa	31/12/2015				31/12/2014			
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia			Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia		
		Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	4.222.679	4.222.678	-	4.222.678	3.878.168	3.878.167	-	3.878.167
Alupar Chile Inversiones SpA	5.000.000	5.000.000	-	5.000.000	5.000.000	5.000.000	-	5.000.000
Transminas Holding S.A.	44.860.000	31.409.499	499	31.409.998	44.860.000	31.409.499	499	31.409.998
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	41.008.200	1.639.672	42.647.872	82.000.000	41.008.200	-	41.008.200
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	42.058.410	-	42.058.410	84.100.000	42.058.410	-	42.058.410
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	67.383.430	43.252.838	-	43.252.838	61.867.126	37.736.534	-	37.736.534
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	96.782.146	66.615.399	-	66.615.399	85.794.486	56.368.788	-	56.368.788
Ferreira Gomes Energia S.A	759.241.529	576.081.528	-	576.081.528	576.081.529	576.081.528	-	576.081.528
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	1.200	612	-	612	1.200	612	-	612
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726	180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	198.000.000	100.980.000	-	100.980.000	198.000.000	100.980.000	-	100.980.000
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001	45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	50.431.150	-	50.431.150	100.840.000	50.431.150	-	50.431.150
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	84.133.970	18.475.373	-	18.475.373	84.133.970	18.475.373	-	18.475.373
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	21.056.862	-	21.056.862	42.095.000	20.003.429	-	20.003.429
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	43.000.000	26.685.952	-	26.685.952	43.000.000	26.685.952	-	26.685.952
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	9.398.795	9.398.794	-	9.398.794	9.398.795	9.398.794	-	9.398.794
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	10.000	9.999	-	9.999	10.000	9.999	-	9.999
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	72.012.095	10.801.280	-	10.801.280	72.012.095	10.801.280	-	10.801.280
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	211.003.246	42.200.649	-	42.200.649	211.003.246	42.200.649	-	42.200.649
ACE Comercializadora Ltda.	2.320.644	2.320.643	-	2.320.643	2.320.644	2.320.643	-	2.320.643
AF Energia S.A.	40.000	39.997	-	39.997	40.000	39.997	-	39.997
Boa Vista Participações S.A.	1.000	800	-	800	1.000	800	-	800
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	29.093	29.083	-	29.083	19.620	19.610	-	19.610
Forquilha IV Energia S.A.	10.000	9.999	-	9.999	10.000	9.999	-	9.999
Verde 8 Energia S.A.	1.000	999	-	999	1.000	999	-	999
Água Limpa S.A.	10.000	9.000	-	9.000	10.000	9.000	-	9.000
La Virgen S.A.C.	70.371.431	10.622.161	-	10.622.161	42.851.311	10.622.161	-	10.622.161
Energia dos Ventos I S.A.	14.930.000	22.828.507	-	22.828.507	-	-	-	-
Energia dos Ventos II S.A.	9.100.000	10.499.090	-	10.499.090	-	-	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	13.460.000	22.004.132	-	22.004.132	-	-	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	19.600.000	46.452.562	-	46.452.562	-	-	-	-
Energia dos Ventos X S.A.	11.970.000	17.268.803	-	17.268.803	-	-	-	-



Alupar

Controladora											
Empresa	31/12/2015					31/12/2014					
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	AFAC Alupar não integralizado	Participação da Alupar		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	Prêmio de capital pago na subscrição de ações	AFAC Alupar não integralizado	Participação da Alupar	
				no capital social	no patrimônio líquido					no capital social	no patrimônio líquido
Controladas											
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	(34.561)	-	-	100,00%	(34.564)	(17.095)	-	-	-	100,00%	(17.095)
Alupar Chile Inversiones SpA	(1.360)	-	-	100,00%	(1.360)	-	-	-	-	100,00%	-
Transminas Holding S.A.	78.951	-	-	70,02%	55.279	75.531	-	-	-	70,02%	52.884
Foz do Rio Claro Energia S.A.	177.709	-	85.870	52,01%	133.635	165.059	-	-	85.870	50,01%	125.472
Ijuí Energia S.A.	277.368	-	206.176	50,01%	241.779	270.062	-	-	206.176	50,01%	238.125
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	125.799	-	-	64,19%	80.750	116.607	-	-	10.150	61,00%	75.085
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	158.953	-	-	68,83%	109.407	146.808	-	-	14.300	65,70%	101.361
Ferreira Gomes Energia S.A	809.011	-	-	100,00%	809.012	643.455	-	-	-	100,00%	643.455
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	(772)	-	-	51,00%	(393)	(764)	-	-	-	51,00%	(389)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	731.205	-	-	50,02%	365.732	686.846	-	-	-	50,02%	343.544
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	408.042	-	-	51,00%	208.102	338.666	-	-	-	51,00%	172.720
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	58.907	-	-	100,00%	58.909	59.044	-	-	-	100,00%	59.045
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	154.514	-	-	50,02%	77.280	157.177	-	-	-	50,02%	78.613
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	338.712	-	-	50,01%	169.393	308.842	-	-	-	50,01%	154.456
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	157.450	-	-	21,96%	34.575	146.133	-	-	-	21,96%	32.090
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	147.277	-	-	50,02%	73.672	151.586	-	-	-	47,52%	72.034
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	66.469	-	-	62,06%	41.445	62.620	-	-	-	62,06%	39.058
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	15.840	-	-	100,00%	15.839	14.481	-	-	-	100,00%	14.481
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	180	-	-	99,99%	180	15	-	-	-	99,99%	15
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	106.512	-	-	15,00%	15.976	104.619	-	-	-	15,00%	15.692
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	236.206	-	-	20,00%	47.241	232.274	-	-	-	20,00%	46.455
ACE Comercializadora Ltda.	(1.004)	-	-	100,00%	(1.005)	(422)	-	-	-	100,00%	(422)
AF Energia S.A.	202	-	-	99,99%	202	274	-	-	-	99,99%	274
Boa Vista Participações S.A.	(13)	-	-	80,00%	(11)	(4)	-	-	-	80,00%	(3)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	18.662	-	-	99,97%	18.656	13.847	-	-	-	99,95%	13.840
Forquilha IV Energia S.A.	4	-	-	99,99%	4	10	-	-	-	99,99%	10
Verde 8 Energia S.A.	(11)	-	-	99,90%	(11)	1	-	-	-	99,90%	1
Agua Limpa S.A.	(2)	-	-	90,00%	(2)	10	-	-	-	90,00%	9
La Virgen S.A.C.	88.112	6.165	-	15,09%	19.463	34.520	6.164	11.095	-	24,79%	12.198
Energia dos Ventos I S.A.	22.656	3.006	-	99,99%	25.665	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos II S.A.	10.355	1.847	-	99,99%	12.201	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	21.839	2.714	-	99,99%	24.551	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	46.265	3.934	-	99,99%	50.192	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos X S.A.	17.116	2.420	-	99,99%	19.534	-	-	-	-	-	-
Total					2.671.328						2.273.008

Empresa	Controladora							
	Dados das controladas							
	31/12/2015							
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	46.743	81.304	-	7.652	(10.054)	(11.059)	-	(13.461)
Alupar Chile Inversiones SpA	135	1.495	-	(1.313)	-	31	-	(1.282)
Transminas Holding S.A.	95.908	16.957	-	(118)	19.417	73	-	19.372
Foz do Rio Claro Energia S.A.	377.239	199.530	62.831	(29.484)	-	(15.661)	(1.971)	15.715
Ijuí Energia S.A.	449.933	172.565	50.844	(26.925)	-	(14.365)	(2.248)	7.306
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	238.487	112.688	43.612	(22.609)	-	(7.117)	(1.831)	12.055
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	284.073	125.120	43.502	(22.471)	-	(7.994)	(1.700)	11.337
Ferreira Gomes Energia S.A.	1.648.882	839.871	139.186	(103.489)	-	(62.179)	8.879	(17.603)
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	99	871	-	(7)	-	(1)	-	(8)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	1.534.168	802.963	307.272	(30.282)	64.839	(85.095)	(11.481)	245.253
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	775.852	367.810	158.361	(19.612)	-	(24.132)	35.464	150.081
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	95.569	36.662	13.236	(3.057)	-	(1.646)	(6.230)	2.303
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	291.428	136.914	65.738	(9.218)	11.233	(11.334)	(18.954)	37.465
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	751.533	412.821	182.512	(14.907)	18.724	(38.665)	(17.866)	129.798
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	171.281	13.831	39.871	(5.357)	-	1.234	(1.905)	33.843
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	343.966	196.689	60.574	(6.320)	17.503	(17.453)	(36.434)	17.870
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	117.793	51.324	16.108	(3.334)	-	(2.796)	(4.931)	5.047
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	84.107	68.267	36.922	(32.705)	-	(1.134)	(1.479)	1.604
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	5.984	5.804	5.515	(5.227)	-	-	(122)	166
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	113.720	7.208	23.064	(2.785)	-	579	(1.028)	19.830
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	249.623	13.417	37.467	(4.690)	-	588	(1.614)	31.751
ACE Comercializadora Ltda.	98	1.102	7.651	(8.246)	-	13	-	(582)
AF Energia S.A.	1.504	1.302	10.153	(10.300)	-	73	-	(74)
Boa Vista Participações S.A.	1	14	-	(9)	-	-	-	(9)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	129.096	110.434	-	(8.293)	-	114	(38)	(8.217)
Forquilha IV Energia S.A.	297	293	-	(6)	-	-	-	(6)
Verde 8 Energia S.A.	7.852	7.863	-	(12)	-	-	-	(12)
Agua Limpa S.A.	5.277	5.279	-	(12)	-	-	-	(12)
La Virgen S.A.C.	475.591	387.479	-	(13.644)	-	(6.500)	-	(20.144)
Energia dos Ventos I S.A.	111.161	88.505	-	(36)	-	(10)	-	(46)
Energia dos Ventos II S.A.	63.616	53.261	-	(34)	-	(2)	-	(36)
Energia dos Ventos III S.A.	116.817	94.978	-	(42)	-	(1)	-	(43)
Energia dos Ventos IV S.A.	178.934	132.669	-	(37)	-	(12)	-	(49)
Energia dos Ventos X S.A.	93.151	76.035	-	(31)	-	-	-	(31)



Empresa	Controladora							
	Dados das controladas							
	31/12/2014							
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do exercício
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	10.391	27.486	-	(13.596)	(1.316)	(995)	-	(15.907)
Transminas Holding S.A.	67.770	(7.761)	-	(225)	18.190	1.294	(347)	18.912
Foz do Rio Claro Energia S.A.	373.170	208.111	62.475	(46.157)	-	(12.981)	(783)	2.554
Ijuí Energia S.A.	452.977	182.915	49.972	(38.217)	-	(12.329)	-	(574)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	239.282	122.675	46.405	(25.441)	-	(6.736)	(1.873)	12.355
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	286.710	139.902	46.325	(25.889)	-	(7.364)	(1.848)	11.224
Ferreira Gomes Energia S.A.	1.681.663	1.038.208	83.763	(9.691)	-	(25)	(4.591)	69.456
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	99	863	-	(556)	-	(13)	-	(569)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	1.532.622	845.776	313.498	(34.323)	55.631	(64.717)	11.429	281.518
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	742.347	403.681	147.111	(16.850)	-	(17.030)	(21.305)	91.926
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	93.833	34.789	13.090	(2.618)	-	(1.590)	(2.545)	6.337
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	274.860	117.683	68.412	(9.979)	10.868	(6.989)	12.907	75.219
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	735.084	426.242	182.236	(17.940)	4.920	(19.112)	(34.014)	116.090
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	157.680	11.547	37.798	(4.658)	-	(643)	(1.473)	31.024
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	320.057	168.471	63.931	(6.914)	12.872	(13.404)	16.040	72.525
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	111.046	48.426	15.637	(2.654)	-	(2.733)	(3.244)	7.006
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	33.049	18.568	4.922	(955)	-	(1.390)	(1.093)	1.484
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	485	470	450	(445)	-	-	-	5
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	111.047	6.428	22.035	(2.943)	-	151	(774)	18.469
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	245.061	12.787	35.259	(4.629)	-	294	(1.234)	29.690
ACE Comercializadora Ltda.	239	661	100	(1.544)	-	19	-	(1.425)
AF Energia S.A.	1.425	1.151	8.212	(8.027)	-	6	(48)	143
Boa Vista Participações S.A.	6	10	-	(5)	-	-	-	(5)
Risardal Energia S.A.S.E.S.P.	61.488	47.641	-	(2.954)	-	(720)	-	(3.674)
Forquilha IV Energia S.A.	170	160	-	-	-	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	760	759	-	-	-	-	-	-
Água Limpa S.A.	1.521	1.511	-	-	-	-	-	-
La Virgen S.A.C.	49.032	14.512	-	(6.718)	-	(1.249)	-	(7.967)

14. Participação dos acionistas não controladores

As tabelas a seguir resumem as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

a) A movimentação do saldo da participação de acionistas não controladores é conforme segue:

Empresa	Saldo da participação de acionistas não controladores							
	No patrimônio líquido das controladas em	No aumento de capital / adições	Na reserva para reinvestimento	No ajuste de conversão cumulativa	Nos dividendos e juros sobre capital próprio declarados	No resultado do período	Variação na participação	No patrimônio líquido das controladas em
	31/12/2014							31/12/2015
Controladas diretas								
Transminas Holding S.A.	22.647	-	-	-	(4.783)	5.808	-	23.672
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5.232	-	-	-	(897)	991	-	5.326
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	42.855	-	-	-	(5.133)	5.859	-	43.581
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	343.302	-	(2.200)	-	(98.212)	122.583	-	365.473
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	78.564	-	-	-	(20.056)	18.726	-	77.234
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	79.552	-	-	-	(11.082)	7.910	(2.774)	73.606
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	154.386	-	-	-	(49.954)	64.887	-	169.319
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	114.043	-	-	-	(17.579)	26.411	-	122.875
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	23.562	-	-	-	(455)	1.917	-	25.024
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	165.946	-	-	-	(39.545)	73.539	-	199.940
Foz do Rio Claro Energia S.A.	39.587	-	-	-	(1.471)	7.542	(1.584)	44.074
Ijuí Energia S.A.	31.937	-	-	-	-	3.652	-	35.589
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	41.522	-	-	-	(1.025)	4.316	236	45.049
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.447	1.200	-	-	(839)	3.534	204	49.546
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	(375)	-	-	-	-	(4)	-	(379)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	7	-	-	-	-	(2)	1	6
La Virgen S.A.C. *	19.285	11.316	-	15.286	-	(16.649)	1.611	30.849
Água Limpa S.A.	1	-	-	-	-	-	-	1
	1.207.500	12.516	(2.200)	15.286	(251.031)	331.020	(2.306)	1.310.785
Controladas indiretas								
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	180.741	-	-	-	(4.287)	17.855	-	194.309
Companhia Transleste de Transmissão	36.443	-	-	-	(3.985)	10.762	-	43.220
Companhia Transsudeste de Transmissão	34.178	-	-	-	(1.485)	8.416	-	41.109
Companhia Transirapé de Transmissão	37.710	-	-	-	(2.082)	8.764	-	44.392
	289.072	-	-	-	(11.839)	45.797	-	323.030
Investimentos indiretos (*)								
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	(13.203)	-	-	-	2.035	(3.058)	-	(14.226)
Companhia Transleste de Transmissão	(3.087)	-	-	-	338	(915)	-	(3.664)
Companhia Transsudeste de Transmissão (**)	(2.895)	-	-	-	126	(717)	-	(3.486)
Companhia Transirapé de Transmissão	(3.194)	-	-	-	176	(746)	-	(3.764)
	(22.379)	-	-	-	2.675	(5.436)	-	(25.140)
Investimentos indiretos (**)								
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	(27.771)	-	-	-	4.281	(6.431)	-	(29.921)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	(21.423)	-	-	-	2.565	(2.927)	-	(21.785)
	(49.194)	-	-	-	6.846	(9.358)	-	(51.706)
	1.424.999	12.516	(2.200)	15.286	(253.349)	362.023	(2.306)	1.556.969

b) A participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas e dos investimentos indiretos é conforme segue:



Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas e dos investimentos indiretos	31/12/2015					31/12/2014					
	Percentual dos não controladores	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	AFAC Alupar não integralizado	Capital a integralizar	Valor contábil dos não controladores	Percentual dos não controladores	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	AFAC Alupar não integralizado	Capital a integralizar	Prêmio de capital pago na subscrição de ações	Valor contábil dos não controladores
Controladas diretas											
Transminas Holding S.A.	29,98%	78.951	-	-	23.672	29,98%	75.531	-	-	-	22.647
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5,00%	106.512	-	-	5.326	5,00%	104.619	-	-	-	5.232
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18,45%	236.206	-	-	43.581	18,45%	232.274	-	-	-	42.855
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	731.205	-	-	365.473	49,98%	686.846	-	-	-	343.302
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	154.514	-	-	77.234	49,98%	157.177	-	-	-	78.564
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	147.277	-	-	73.605	52,48%	151.586	-	-	-	79.552
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	49,99%	338.712	-	-	169.319	49,99%	308.842	-	-	-	154.386
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	78,04%	157.450	-	-	122.875	78,04%	146.133	-	-	-	114.043
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	37,94%	66.469	-	514	25.024	37,94%	62.620	-	514	-	23.562
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	408.042	-	-	199.940	49,00%	338.666	-	-	-	165.946
Foz do Rio Claro Energia S.A.	47,99%	177.709	85.870	-	44.074	49,99%	165.059	85.870	-	-	39.587
Ijuí Energia S.A.	49,99%	277.368	206.176	-	35.589	49,99%	270.062	206.176	-	-	31.937
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	35,81%	125.799	-	-	45.049	39,00%	116.607	10.150	-	-	41.522
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31,17%	158.953	-	-	49.546	34,30%	146.808	14.300	-	-	45.447
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	49,00%	(772)	-	-	(379)	49,00%	(764)	-	-	-	(375)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	0,03%	18.662	-	-	6	0,05%	13.847	-	-	-	7
La Virgen S.A.C.	35,00%	88.112	-	-	30.849	35,00%	34.520	-	-	11.095	19.285
Água Limpa S.A.	10,00%	(2)	-	-	1	10,00%	10	-	-	-	1
		<u>3.271.167</u>	<u>292.046</u>	<u>514</u>	<u>1.310.784</u>		<u>3.010.443</u>	<u>316.496</u>	<u>514</u>	<u>11.095</u>	<u>1.207.500</u>
Controladas indiretas											
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00%	396.548	-	-	194.309	49,00%	368.862	-	-	-	180.741
Companhia Transleste de Transmissão	59,00%	73.254	-	-	43.220	59,00%	61.768	-	-	-	36.443
Companhia Transudeste de Transmissão	59,00%	69.676	-	-	41.109	59,00%	57.929	-	-	-	34.178
Companhia Transirapé de Transmissão	59,00%	75.240	-	-	44.392	59,00%	63.916	-	-	-	37.710
		<u>614.718</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>323.030</u>		<u>552.475</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>289.072</u>
Investimentos indiretos (*)											
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	9,04%	157.450	-	-	(14.225)	9,04%	146.133	-	-	-	(13.203)
Companhia Transleste de Transmissão	5,00%	73.254	-	-	(3.664)	5,00%	61.768	-	-	-	(3.087)
Companhia Transudeste de Transmissão (**)	5,00%	69.676	-	-	(3.486)	5,00%	57.929	-	-	-	(2.895)
Companhia Transirapé de Transmissão	5,00%	75.240	-	-	(3.764)	5,00%	63.916	-	-	-	(3.194)
		<u>375.620</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.139)</u>		<u>329.746</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.379)</u>
Investimentos indiretos (**)											
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	19,00%	157.450	-	-	(29.921)	19,00%	146.133	-	-	-	(27.771)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	9,22%	236.206	-	-	(21.785)	9,22%	232.274	-	-	-	(21.423)
		<u>393.656</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(51.706)</u>		<u>378.407</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(49.194)</u>
		<u>4.655.161</u>	<u>292.046</u>	<u>514</u>	<u>1.556.969</u>		<u>4.271.071</u>	<u>316.496</u>	<u>514</u>	<u>11.095</u>	<u>1.424.999</u>

- c) A participação dos acionistas não controladores no resultado das controladas e dos investimentos indiretos é conforme segue



Participação dos acionistas não controladores no resultado das controladas e dos investimentos indiretos	31/12/2015			31/12/2014			
	Percentual dos não controladores	Lucro (prejuízo) do período	Resultado alocado para os não controladores	Percentual dos não controladores	Lucro (prejuízo) do período	Ajustes na participação dos não controladores	Resultado alocado para os não controladores
Controladas diretas							
Transminas Holding S.A.	29,98%	19.372	5.808	29,98%	18.912	-	5.670
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5,00%	19.830	991	5,00%	18.469	-	924
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18,45%	31.751	5.859	18,45%	29.690	(1.586)	3.892
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	245.253	122.583	49,98%	281.518	-	140.709
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	37.465	18.726	49,98%	75.219	-	37.598
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	17.870	7.913	52,48%	72.525	-	38.061
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	49,99%	129.798	64.887	49,99%	116.090	-	58.032
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	78,04%	33.843	26.411	78,04%	31.024	(6.895)	17.315
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	37,94%	5.047	1.917	37,94%	9.674	4.477	8.147
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	150.081	73.539	49,00%	91.926	-	45.044
Foz do Rio Claro Energia S.A.	47,99%	15.715	7.542	49,99%	2.554	-	1.277
Ijuí Energia S.A.	49,99%	7.306	3.652	49,99%	(574)	-	(287)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	35,81%	12.055	4.316	39,00%	12.355	2.229	7.047
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31,17%	11.337	3.534	34,30%	11.224	2.525	6.374
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	49,00%	(8)	(4)	49,00%	(569)	-	(279)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	0,03%	(8.217)	(3)	0,05%	(3.674)	-	(2)
La Virgen S.A.C. *	35,00%	(20.144)	(16.654)	35,00%	(7.967)	-	(2.915)
Água Limpa S.A.	10,00%	(12)	-	10,00%	-	-	-
		708.342	331.017		758.396	750	366.607
Controladas indiretas							
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00%	36.434	17.855	49,00%	19.891	-	9.747
Companhia Transleste de Transmissão	59,00%	18.240	10.762	59,00%	20.001	-	11.800
Companhia Transudeste de Transmissão	59,00%	14.265	8.416	59,00%	12.710	-	7.498
Companhia Transirapé de Transmissão	59,00%	14.853	8.764	59,00%	11.654	-	6.875
		83.792	45.797		64.256	-	35.920
Investimentos indiretos (*)							
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	9,04%	33.843	(3.058)	9,04%	31.024	-	(2.803)
Companhia Transleste de Transmissão	5,00%	18.240	(914)	5,00%	20.001	-	(1.000)
Companhia Transudeste de Transmissão	5,00%	14.265	(716)	5,00%	12.710	-	(635)
Companhia Transirapé de Transmissão	5,00%	14.853	(745)	5,00%	11.654	-	(582)
		81.201	(5.433)		75.389	-	(5.020)
Investimentos indiretos (**)							
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	19,00%	33.843	(6.431)	19,00%	31.024	-	(5.896)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	9,22%	31.751	(2.927)	9,22%	29.690	-	(2.738)
		65.594	(9.358)		60.714	-	(8.634)
		938.929	362.023		958.755	750	388.873

(*) Participação indireta dos minoritários, proveniente da controlada EATE.

(**) Participação indireta dos minoritários, proveniente da controlada ENTE.

Embora não seja requerido pelo CPC 45 / IFRS 12, a Companhia reconciliou a informação financeira sumarizada das subsidiárias com participações de não controladores, com os montantes totais presentes nas demonstrações contábeis.



15. Propriedades para investimento

Controladora / Consolidado	
31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	9.274
Reclassificação de intangível	(3)
Saldo final	9.271

As propriedades para investimento da Companhia incluem uma série de terrenos destinados a uso futuro. A Companhia não tem restrições sobre a capacidade de realização de suas propriedades para investimento, uma vez que todos os registros são revisados anualmente e os registros são mantidos a valor de custo.

16. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

Abaixo seguem os quadros comparativos com exemplos de algumas das taxas de depreciação segundo a Resolução nº 367 e a nº 474 da ANEEL:

Geração hidráulica	Resolução nº 367 (%)	Resolução nº 474 (%)
Barramento	2,50	2,50
Disjuntor	3,00	3,03
Edificações	4,00	3,33
Equipamentos da tomada d'água	3,70	3,70
Estrutura da tomada d'água	4,00	2,86
Gerador	3,30	3,33
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	2,00
Sistema de comunicação local	6,70	6,67
Turbina hidráulica	2,50	2,50
Taxa média depreciação geração	3,52	3,32

Transmissão	Resolução nº 367 (%)	Resolução nº 474 (%)
Condutor	2,50	2,70
Equipamento geral	10,00	6,25
Estrutura do sistema	2,50	2,70
Religadores	4,30	4,00
Taxa média depreciação transmissão	4,83	3,91



A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

Consolidado									
Taxa média anual de depreciação	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	Imobilizado adquirido em transação de capital	31/12/2015
Em serviço									
Custo histórico									
Terrenos	57.989	917	(7)	-	-	-	-	-	58.899
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.377.158	-	-	24.736	-	-	-	-	1.401.894
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	326.200	18.044	(44)	(12.126)	-	-	(955)	-	331.119
Máquinas e Equipamentos	767.466	419	-	373.807	-	-	-	-	1.141.692
Veículos	1.533	607	-	923	-	-	-	-	3.063
Móveis e Utensílios	4.118	418	-	1.256	-	-	1	-	5.793
Total	2.534.464	20.405	(51)	388.596	-	-	(954)	-	2.942.460
Depreciação									
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,45%	(48.944)	(30.231)	-	-	-	-	-	(79.175)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0,00%	(15.486)	(7.067)	-	-	-	(38)	-	(22.591)
Máquinas e Equipamentos	3,16%	(61.568)	(31.013)	-	-	-	(52)	(2)	(92.635)
Veículos	27,46%	(705)	(375)	-	-	-	(42)	(421)	(1.543)
Móveis e Utensílios	8,12%	(1.122)	(446)	-	-	-	(29)	(1)	(1.598)
Total depreciação		(127.825)	(69.132)	-	-	-	(161)	(424)	(197.542)
Total em serviço		2.406.639	(48.727)	(51)	388.596	-	(161)	(1.378)	2.744.918
Em curso									
		454.082	681.512	-	(388.596)	40.427	-	31.076	98.409
Total Imobilizado		2.860.721	632.785	(51)	-	40.427	(161)	29.698	3.661.828

a) Imobilizado em curso

As principais obras em curso do Grupo Alupar são as seguintes:

- UHE Ferreira Gomes: em 31 de dezembro de 2015 foi realizada a unitização da usina por completo em função da entrada em operação da 3ª turbina conforme previsto no cronograma, e o saldo desta obra, totaliza R\$ 387.586 (R\$ 378.401 em 31 de dezembro de 2014) e;

- Parque Eólico – Complexo Aracati: o Complexo Aracati é composto de 5 parques eólicos com uma capacidade instalada de 89,2 MW e a entrada em operação comercial plena está previsto para o primeiro semestre de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo pertencente a essas obras em curso perfaz R\$ 438.171, para os parques que estão com as datas de entrada em operação em atraso a Administração já efetuou os protocolos junto a ANEEL dos pedidos de postergação do início de operação, para os quais a Administração aguarda formalização do órgão regulador.

b) Capitalização de Encargos

A Companhia capitaliza, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures adquiridos exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação. Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados em 31 de dezembro de 2015 foram de R\$ 49.155 (R\$ 53.132 em 31 de dezembro de 2014), aos quais foram parcialmente compensados pelas receitas geradas das aplicações financeiras que excederam o caixa, sendo em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$ 11.242 (R\$ 3.507 em 31 de dezembro de 2014). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$ 40.427 (R\$ 49.625 em 31 de dezembro de 2014). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, vide nota explicativa nº 24 e 25.



c) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

Em 31 de dezembro de 2015 não existem indicativos, por meio de fontes internas ou externas, de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

17.Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Controladora:

Controladora				
Taxa média anual de amortização	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Custo				
Outros intangíveis de concessão	563	53	-	616
Intangível gerado na aquisição de ações	8.157	-	-	8.157
	8.720	53	-	8.773
Amortização				
Outros intangíveis de concessão	20,00%	(59)	-	(511)
Intangível gerado na aquisição de ações	4,58%	(360)	-	(1.301)
	(1.393)	(419)	-	(1.812)
Projeto em desenvolvimento	74.256	4.795	(1.391)	77.660
Total intangível	81.583	4.429	(1.391)	84.621

Consolidado:

Consolidado								
Taxa média anual de amortização	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	Intangível adquirido em transação de capital	31/12/2015
Custo								
Outros intangíveis de concessão	12.865	1.123	(2.522)	3.649	-	(4.400)	-	10.715
Uso do bem público	16.348	-	-	-	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações	44.001	13.921	-	-	-	-	-	57.922
	73.214	15.044	(2.522)	3.649	-	(4.400)	-	84.985
Amortização								
Outros intangíveis de concessão	22,27%	(1.886)	(2.354)	-	56	130	-	(4.054)
Uso do bem público	3,19%	(1.752)	(521)	-	-	-	-	(2.273)
Intangível gerado na aquisição de ações	3,97%	(5.992)	(1.599)	-	-	-	-	(7.591)
	(9.630)	(4.474)	-	-	56	130	-	(13.918)
Projeto em desenvolvimento	92.735	5.154	(1.391)	(3.649)	-	(14.558)	36	78.327
Total intangível	156.319	15.724	(3.913)	-	56	(18.828)	36	149.394



Ágio decorrente da concessão

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

Taxa média anual de amortização	Prazo da Concessão/ Autorização		Controladora		Consolidado		
	Início	Fim	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Composição do intangível gerado na aquisição de ações							
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4,58%	06/04/04	06/04/34	2.665	2.665	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	4,55%	06/04/04	06/04/34	5.245	5.245	5.245	5.245
La Virgen S.A.C.	N/A	N/A	N/A	-	-	6.164	6.164
Energia dos Ventos I S.A. (**)	N/A	17/07/12	17/07/47	-	-	3.006	-
Energia dos Ventos II S.A. (**)	N/A	16/07/12	16/07/47	-	-	1.847	-
Energia dos Ventos III S.A. (**)	N/A	19/07/12	19/07/47	-	-	2.714	-
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	N/A	24/07/12	24/07/47	-	-	3.934	-
Energia dos Ventos X S.A. (**)	N/A	19/07/12	19/07/47	-	-	2.420	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (*)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	8.942	8.942
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (*)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	9.766	9.766
Companhia Transleste de Transmissão (*)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	4,88%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
Outros	N/A	N/A	N/A	247	247	247	247
				8.157	8.157	57.922	44.001
Amortização do ágio decorrente da concessão							
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.				(427)	(304)	(427)	(304)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.				(874)	(637)	(874)	(637)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (*)				-	-	(2.247)	(1.937)
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (*)				-	-	(2.902)	(2.502)
Companhia Transleste de Transmissão (*)				-	-	(407)	(218)
Companhia Transudeste de Transmissão (*)				-	-	(290)	(155)
Companhia Transirapé de Transmissão (*)				-	-	(444)	(239)
				(1.301)	(941)	(7.591)	(5.992)
Total líquido				6.856	7.216	50.331	38.009

(*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transleste, Transudeste e Transirapé por parte da controlada EATE.

(**) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X (vide nota 2.4).

a) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais preparadas pela administração.



b) Perdas pela não recuperabilidade do intangível (impairment)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

c) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

18.Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Encargos de uso do serviço de transmissão	3.737	3.538
Suprimento de energia elétrica	26.710	6.919
Materiais e serviços	309.100	72.384
Outros	2.264	31
	341.811	82.872
Circulante	341.561	82.622
Não circulante	250	250
	341.811	82.872

19.Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	31.342	19.083
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	24.555	30.387
Total	55.897	49.470



20. Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

- a) A composição do imposto de renda e da contribuição social, diferidos registrados no ativo e passivo é como segue:

Consolidado		
31/12/2015		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Composição dos tributos por exercício		
Exercício acumulado até 2008	877.100	
Exercício findo em 2009	158.602	
Exercício findo em 2010	138.751	
Exercício findo em 2011	170.832	
Exercício findo em 2012	598.955	
Exercício findo em 2013	595.223	
Exercício findo em 2014	305.133	
	2.844.596	
	IRPJ diferido	CSLL diferido
Base de cálculo	2.957.535	2.905.695
Base de cálculo incentivada	18.303	-
Base de Prejuízo Fiscal	(36.419)	-
Tributo alíquota Lucro Real	254.230	156.616
Tributo alíquota Incentivada	18.485	-
Tributo alíquota Presumido	24.035	12.965
	296.750	169.581
Total IRPJ e CSLL diferidos		466.331
Passivo Diferido - Art. 69 Lei 12.973		7.317
Total IRPJ e CSLL diferido		473.648
Ativo Diferido - Art. 69 Lei 12.973		(79.420)
IR/CS Diferido Líquido 2015		394.228
IR/CS Diferido Líquido 2014		398.013
IRPJ/CSLL diferido Resultado - 2015		17.708

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE e ETVG.

As empresas EBTE, FOZ e FGE possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal.

As empresas optantes pelo lucro presumido são: Transleste, Transudeste, Transirapé, STC, Lumitrans, ESDE, ETSE e ERTE.

Consolidado	
31/12/2014	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	
Imposto de renda diferido - ativo	812
Contribuição social diferida - ativo	457
	1.269
Imposto de renda diferido - passivo	(267.455)
Contribuição social diferida - passivo	(131.827)
	(399.282)



Detalhamento da origem do IR/CS diferidos:

	Consolidado			
	Balço Patrimonial		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo fiscal e base negativa	12.382	1.269	11.113	-
Contrato de concessão (ICPC 01)	(383.288)	(392.192)	24.351	18.517
Diferimento de receita para órgãos públicos	(23.322)	(7.090)	(17.756)	1.161
IR/CS diferidos adquiridos em transação de capital	-	-	-	3.161
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			17.708	22.839
Passivo fiscal diferido, líquido	(394.228)	(398.013)		

b) Créditos fiscais a compensar

Conforme preceitua o pronunciamento CPC 32, um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo na demonstração contábil e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia (Alupar Investimento S.A), acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentaram base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Créditos fiscais não reconhecidos

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo fiscal	351.031	277.798
Base negativa de contribuição social	358.080	284.847

21.Provisões para gastos ambientais

Controladas

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	30	30
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	8.677	7.849
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	622	563
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	340	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	389	875
Ijuí Energia S.A.	1.535	2.380
Ferreira Gomes Energia S.A	21.860	17.060
	33.453	28.757
Circulante	22.239	19.465
Não circulante	11.214	9.292
	33.453	28.757



A Companhia e suas controladas realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de UHE's e linhas de transmissão, e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. A constituição dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado em curso. A realização dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

A movimentação das provisões para gastos ambientais é como segue:

Controladas

Sistema de Transmissão Catarinense S.A.
 Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
 Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.
 Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.
 Foz do Rio Claro Energia S.A.
 Ijuí Energia S.A.
 Ferreira Gomes Energia S.A

Consolidado				
Saldo inicial	Adições	Realização	Atualização monetária	Saldo final
31/12/2014				31/12/2015
30	-	-	-	30
7.849	-	-	828	8.677
563	-	-	59	622
-	340	-	-	340
875	-	(486)	-	389
2.380	-	(845)	-	1.535
17.060	6.564	(1.764)	-	21.860
28.757	6.904	(3.095)	887	33.453

22. Provisões de constituição dos ativos

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

a) A composição das provisões de constituição dos ativos por controlada é como segue:

Controladas

Companhia Transleste de Transmissão
 Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
 Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
 Foz do Rio Claro Energia S.A.
 Energia dos Ventos IV S.A.
 Ferreira Gomes Energia S.A

Circulante
 Não circulante

Consolidado	
31/12/2015	31/12/2014
1.499	1.499
12.387	17.380
8.052	8.331
494	494
35.925	-
34.698	77.045
93.055	104.749
83.449	93.056
9.606	11.693
93.055	104.749

b) A sua movimentação é como segue:



Controladas

Companhia Transleste de Transmissão
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
Foz do Rio Claro Energia S.A.
Energia dos Ventos IV S.A.
Ferreira Gomes Energia S.A

Consolidado			
Saldo inicial	Adições	Realização	Saldo final
31/12/2014			31/12/2015
1.499	-	-	1.499
17.380	-	(4.993)	12.387
8.331	-	(279)	8.052
494	-	-	494
-	35.925	-	35.925
77.045	25.954	(68.301)	34.698
104.749	61.879	(73.573)	93.055

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa 22 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014.

23. Taxas regulamentares e setoriais

Consolidado	
31/12/2015	31/12/2014
2.317	3.103
7.040	5.113
613	237
36.951	34.241
840	1.019
452	509
48.213	44.222
48.213	43.907
-	315
48.213	44.222

Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH
Pesquisa e desenvolvimento - P&D
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT
Ministério de minas e energia - MME

Circulante
Não circulante

24. Adiantamentos de clientes

Os saldos de adiantamentos de clientes referem-se aos montantes recebidos a título de antecipação de receitas do sistema de transmissão, ao qual se deve em função do superávit de arrecadação do ciclo de tarifas, cuja realização dar-se-á por meio da dedução de valores futuros da Receita Anual Permitida – RAP através do mecanismo denominado de PA – Parcela de ajuste, e que serão autorizados pela ONS a partir do início de cada ciclo, ou seja, a partir de 1º de julho de cada ano. Cabe ressaltar, que esses valores que serão deduzidos da RAP são corrigidos pelo IPCA ou IGP-M dependendo do contrato de concessão.

A movimentação e a composição por controlada dos adiantamentos de clientes é assim como segue:



	Consolidado						
	31/12/2014	Antecipações	Parcela de ajuste - PA	Variação monetária	Transferência p/ contas a receber de clientes	Transferência p/ outros ativos	31/12/2015
Controladas diretas							
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	19.986	30.575	(16.388)	1.352	(1.937)	-	33.588
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	1.237	1.891	(1.014)	84	(120)	-	2.078
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	1.501	1.863	852	296	(1.424)	(821)	2.267
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	4.553	(1.361)	(4.616)	308	8.789	-	7.673
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	4.414	6.752	(3.619)	299	(428)	-	7.418
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	10.458	15.998	(8.578)	708	(1.010)	-	17.576
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	2.348	3.591	(1.938)	158	(215)	-	3.944
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	396	644	(441)	40	-	-	639
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	645	1.070	(586)	65	(52)	-	1.142
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	8.873	12.801	(6.864)	(566)	(181)	-	14.063
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	59	(168)	(59)	6	162	-	-
	54.470	73.656	(43.251)	2.750	3.584	(821)	90.388
Controladas indiretas							
Companhia Transleste de Transmissão	1.634	2.900	(1.554)	133	-	-	3.113
Companhia Transudeste de Transmissão	1.017	1.797	(966)	83	-	-	1.931
Companhia Transirapé de Transmissão	699	1.354	(714)	57	-	-	1.396
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	2.061	3.554	(2.206)	203	2.297	(1.378)	4.531
Empresa Santos Dumont de Energia S.A	445	(56)	(441)	59	726	-	733
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	-	998	(279)	42	104	-	865
	5.856	10.547	(6.160)	577	3.127	(1.378)	12.569
	60.326	84.203	(49.411)	3.327	6.711	(2.199)	102.957
Circulante	772						58.208
Não circulante	59.554						44.749
	60.326						102.957



25. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado									
		Circulante					Não circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015	31/12/2014	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015	31/12/2014
Moeda estrangeira	Operacionais										
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	-	-	-	-	-	11.393	69.890	-	81.283	26.865
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Vigen	17.173	188.188	-	205.361	-	-	-	-	-	-
Santander - Contrato COFIDE	La Vigen	-	117.126	-	117.126	-	-	-	-	-	-
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	71	1.862	-	1.933	1.349	-	931	-	931	1.900
		17.244	307.176	-	324.420	1.349	11.393	70.821	-	82.214	28.765
Moeda estrangeira	Pré Operacionais										
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	23	-	-	23	51	-	-	-	-	9
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	23	-	-	23	51	-	-	-	-	9
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	43	-	-	43	54	-	-	-	-	27
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	68	-	-	68	-	-	17	-	17	-
Bancolombia - Contrato nº 258419633	Risaralda	58	-	-	58	-	-	39	-	39	-
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	-	455	-	455	369	-	39.875	-	39.875	35.583
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	130	-	130	-	-	12.462	-	12.462	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	255	-	255	-	-	24.989	-	24.989	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	64	-	64	-	-	17.617	-	17.617	-
		215	904	-	1.119	525	-	94.999	-	94.999	35.628
Subtotal		17.459	308.080	-	325.539	1.874	11.393	165.820	-	177.213	64.393
Moeda nacional	Operacionais										
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Alupar	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4575341	Alupar	-	-	-	-	30	-	-	-	-	1
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	98	11.804	(111)	11.791	11.831	-	16.723	(158)	16.565	28.258
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	379	11.002	-	11.381	11.333	-	92.597	-	92.597	103.227
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	22	2.889	-	2.911	2.917	-	8.427	-	8.427	11.315
Safra - CCB - Contrato nº 006265476	ECTE	-	-	-	-	15.014	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	62	1.578	-	1.640	1.634	-	16.307	-	16.307	17.821
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	12	1.583	-	1.595	1.595	-	9.102	-	9.102	10.684
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	121	3.262	-	3.383	3.368	-	30.445	-	30.445	33.585
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	4	106	-	110	109	-	990	-	990	1.093
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	56	2.037	(4)	2.089	2.086	-	13.752	(27)	13.725	15.733
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	8	282	-	290	285	-	1.903	-	1.903	2.145
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	12	1.556	(32)	1.536	1.539	-	4.409	(70)	4.339	5.863
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	139	3.131	-	3.270	2.069	-	37.309	-	37.309	38.720
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	54	4.438	-	4.492	4.083	-	30.698	-	30.698	31.931
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	122	1.427	(6)	1.543	1.555	-	14.127	(46)	14.081	15.501
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	1.810	22.500	-	24.310	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	784	14.359	(240)	14.903	12.376	-	205.822	(3.427)	202.395	208.611
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	312	5.683	-	5.995	4.969	-	81.462	-	81.462	83.651
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	34	642	-	676	487	-	9.191	-	9.191	9.512
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	191	24.705	-	24.896	17.199	-	148.228	-	148.228	170.845
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	612	15.081	-	15.693	15.615	-	154.584	-	154.584	169.054
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	590	12.843	-	13.433	13.368	-	138.068	-	138.068	150.368
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	292	9.212	-	9.504	9.462	-	76.768	-	76.768	85.671
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	41	1.251	-	1.292	1.286	-	10.425	-	10.425	11.634
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	-	23	-	23	23	-	4	-	4	27
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	-	7	-	7	7	-	1	-	1	8
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	-	3	-	3	3	-	1	-	1	4
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	-	1	-	1	1	-	-	-	-	1
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	289	9.354	-	9.643	9.602	-	75.618	-	75.618	84.667
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	65	2.049	-	2.114	2.106	-	16.561	-	16.561	18.543
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	43	-	43	42	-	67	-	67	110
Custo de captação BNDES	Verde 8	-	-	(240)	(240)	-	-	-	-	-	-
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	102	19.343	-	19.445	18.498	-	141.111	-	141.111	160.454
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	1	132	-	133	134	-	473	-	473	605
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	141	2.184	-	2.325	99	-	16.875	-	16.875	15.809
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	48	421	-	469	95	-	5.402	-	5.402	5.099
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	120	2.461	-	2.581	2.696	-	20.100	-	20.100	23.394
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	39	1.139	-	1.178	824	-	6.286	-	6.286	7.425
		6.560	188.531	(633)	194.458	168.346	-	1.383.836	(3.728)	1.380.108	1.521.369
Moeda nacional	Pré Operacionais										
Outros	GET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	168
Subtotal		6.560	188.531	(633)	194.458	168.346	-	1.383.836	(3.728)	1.380.108	1.521.537
Total - Empréstimos e financiamentos - Circulante		24.019	496.611	(633)	519.997	170.220	11.393	1.549.656	(3.728)	1.557.321	1.585.930



b) As principais características dos empréstimos e financiamentos são conforme segue:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Moeda nacional - R\$								
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Alupar	dez/11	jan/15	187	-	14,33	Mensal	Mensal
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	dez/09	mai/18	72.841	-	8,00	Mensal	Mensal
Santander - CCB - Contrato nº 270319415	Alupar	mar/15	jun/15	50.000	CDI	1,10	Único no final	Único no final
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	nov/24	141.652	TJLP	2,56	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	nov/19	23.498	-	4,50	Mensal	Mensal
Safra - CCB - Contrato nº 006265476	ECTE	fev/15	abr/15	15.000	CDI	1,30	Único no final	Único no final
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	abr/27	26.319	TJLP	2,08	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	set/22	16.478	-	2,50	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	mai/09	set/23	27.714	TJLP	2,37	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	set/23	3.357	TJLP	2,38	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	out/19	13.981	-	4,50	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	39.159	TJLP	2,02	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	39.254	-	3,50	Mensal	Mensal
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	dez/11	dez/26	17.835	-	10,00	Mensal	Trimestral
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	jun/15	jun/16	22.500	CDI	1,15	Único no final	Único no final
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	fev/12	fev/17	104	-	10,00	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	fev/12	fev/17	30	TJLP	5,70	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	fev/12	fev/17	15	-	10,00	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	fev/12	fev/17	4	TJLP	5,70	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	jun/13	jul/18	192	-	3,00	Mensal	Mensal
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	Mensal
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	mar/05	fev/25	47.029	-	9,50	Mensal	Mensal
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	Mensal
Moeda estrangeira - Cesta de moedas - USD								
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	out/14	out/17	USD 15.000	Libor (*)	3,85	Único no final	Único no final
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	dez/14	dez/17	USD 5.000	Libor (*)	3,85	Único no final	Único no final
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	mar/05	jan/17	12.971	-	5,00	Semestral	Semestral

(*) Taxa Libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Libor do contrato é a de 12 meses.

Financiadores / credores	Empresas pré-operacionais	Consolidado							
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos							
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização		
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	
Moeda nacional - R\$									
Outros	GET	-	-	169	-	-	Mensal	Mensal	
Moeda estrangeira - Pesos colombianos									
Bancolombia - Contrato nº 161781 (***)	Risaralda	jan/14	mar/16	COP 82.500.000	DTF (T.A.) (*)	8,00	Mensal	Mensal	
Bancolombia - Contrato nº 161782 (***)	Risaralda	jan/14	mar/16	COP 82.500.000	DTF (T.A.) (*)	8,00	Mensal	Mensal	
Bancolombia - Contrato nº 166276 (***)	Risaralda	jun/14	jul/16	COP 91.562.000	DTF (T.A.) (*)	8,00	Mensal	Mensal	
Bancolombia - Contrato nº 175893 (***)	Risaralda	mar/15	mar/17	COP 98.000.000	DTF (T.A.) (*)	8,69	Mensal	Mensal	
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093 (***)	Risaralda	nov/14	nov/17	COP 32.000.000.000	IBR (TV) (**)		Único no final	Trimestral	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	ago/15	nov/17	COP 10.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Trimestral	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	out/15	nov/17	COP 20.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Trimestral	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	dez/15	nov/17	COP 14.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Trimestral	
Moeda estrangeira - Dolar									
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	abr/15	jan/16	USD 50.000.000	Libor	2,40	Único no final	Trimestral	
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	dez/15	mar/16	USD 30.000.000	Libor	3,00	Único no final	Trimestral	

(*) Taxa de depósitos a prazo, na Colômbia, certificada pelo Banco de la República

(**) Indicador Bancário de Referência - IBR Trimestral na Colômbia (Taxa em 31/12/2014 - 4,36% a.a.)

(***) Montante contratado em pesos colombianos



Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de ações que a Companhia detém das mesmas.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2015, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento. Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, com exceção da da SPE IJui, o qual em 29 de dezembro de 2015 o BNDES autorizou a Companhia a ficar desobrigada, exclusivamente para o exercício de 2015, da obrigação de atender o índice de cobertura do serviço da dívida, para o índice de capitalização o mesmo foi atendido.

Em 31 de dezembro de 2015 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$ 91.140 (R\$ 50.127 em 31 de dezembro de 2014).



c) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado							
		Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Variação	Ganho e	Amortização	Amortização	Empréstimos
		31/12/2014	dívidas (Custo a amortizar)	encargos	monetária e cambial	perda na tradução	do principal	do encargos	adquiridos em transação de capital
									Saldo final 31/12/2015
Moeda estrangeira									
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	26.865	43.553	10.865	-	-	-	-	81.283
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	-	188.188	17.173	-	-	-	-	205.361
Santander - Contrato COFIDE	La Virgen	-	117.126	-	-	-	-	-	117.126
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	60	-	-	-	6	-	(43)	23
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	60	-	-	-	6	-	(43)	23
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	81	-	-	-	8	-	(46)	43
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	-	122	-	-	(2)	(35)	-	85
Bancolombia - Contrato nº 258419633	Risaralda	-	110	-	-	4	(17)	-	97
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	35.952	-	3.578	-	3.836	-	(3.036)	40.330
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	11.950	581	-	362	-	(301)	12.592
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	25.960	898	-	(1.332)	-	(282)	25.244
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	16.324	434	-	923	-	-	17.681
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	3.249	-	188	1.063	-	(1.436)	(200)	2.864
		66.267	403.333	33.717	1.063	3.811	(1.488)	(3.951)	502.752
Moeda nacional									
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Alupar	6	-	-	-	-	(6)	-	-
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4575341	Alupar	31	-	1	-	-	(31)	(1)	-
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	40.089	-	2.804	-	-	(11.804)	(2.733)	28.356
Santander - CCB - Contrato nº 270319415	Alupar	-	50.000	815	-	-	(50.025)	(790)	-
Banco BTG Pactual	Alupar	-	25.000	328	-	-	(25.000)	(328)	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	114.560	-	9.679	-	-	(10.970)	(9.291)	103.978
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	14.232	-	331	-	-	(2.889)	(336)	11.338
Safra - CCB - Contrato nº 006254547	ECTE	15.014	3.000	341	-	-	(18.000)	(355)	-
BTG Pactual - CCB - Contrato nº 245/14	EDV I	-	-	57	-	-	(2.000)	(57)	2.000
BTG Pactual - CCB - Contrato nº 248/14	EDV II	-	-	57	-	-	(2.000)	(57)	2.000
BTG Pactual - CCB - Contrato nº 249/14	EDV III	-	-	57	-	-	(2.000)	(57)	2.000
BTG Pactual - CCB - Contrato nº 250/14	EDV IV	-	-	57	-	-	(2.000)	(57)	2.000
BTG Pactual - CCB - Contrato nº 251/14	EDV X	-	-	57	-	-	(2.000)	(57)	2.000
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	19.455	-	1.513	-	-	(1.572)	(1.449)	17.947
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	12.279	-	289	-	-	(1.584)	(287)	10.697
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	36.953	-	2.861	124	-	(3.253)	(2.857)	33.828
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	1.202	-	89	4	-	(106)	(89)	1.100
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	17.819	-	1.353	58	-	(2.032)	(1.384)	15.814
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	2.430	-	187	8	-	(281)	(151)	2.193
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	7.402	-	337	-	-	(1.556)	(308)	5.875
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	40.789	377	3.192	-	-	(1.822)	(1.957)	40.579
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	36.014	3.710	1.268	-	-	(4.301)	(1.501)	35.190
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	17.056	-	1.322	-	-	(1.427)	(1.327)	15.624
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	-	24.310	-	-	-	-	-	24.310
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	220.987	(983)	18.299	802	-	(9.549)	(12.258)	217.298
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	88.620	-	7.152	317	-	(3.781)	(4.851)	87.457
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	9.999	-	807	36	-	(426)	(549)	9.867
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	188.044	-	4.602	-	-	(16.470)	(3.052)	173.124
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	184.669	-	14.350	622	-	(15.038)	(14.326)	170.277
Outros	GET	168	(168)	-	-	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	163.736	-	13.818	552	-	(12.807)	(13.798)	151.501
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	95.133	-	6.900	316	-	(9.186)	(6.891)	86.272
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	12.920	-	971	43	-	(1.247)	(970)	11.717
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	50	-	4	-	-	(23)	(4)	27
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	15	-	1	-	-	(7)	(1)	8
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	7	-	1	-	-	(3)	(1)	4
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	2	-	-	-	-	(1)	-	1
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	94.269	-	6.827	313	-	(9.328)	(6.820)	85.261
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	20.649	-	1.549	67	-	(2.043)	(1.547)	18.675
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	152	-	4	-	-	(42)	(4)	110
Custo de empréstimo BNDES	Verde 8	-	(240)	-	-	-	-	-	(240)
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	178.952	-	13.174	-	-	(18.384)	(13.186)	160.556
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	739	-	30	-	-	(132)	(31)	606
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	15.908	3.250	602	-	-	-	(560)	19.200
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	5.194	701	611	-	-	(70)	(565)	5.871
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	26.090	-	1.088	-	-	(2.552)	(1.945)	22.681
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	8.249	-	612	-	-	(780)	(617)	7.464
		1.689.883	108.957	118.397	3.262	-	(248.528)	(107.405)	1.574.566
		1.756.150	512.290	152.114	4.325	3.811	(250.016)	(111.356)	2.077.318
Circulante		170.220							519.997
Não circulante		1.585.930							1.557.321
		1.756.150							2.077.318



Financiadores / credores	Empresa	Consolidado								
		Saldo inicial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária e cambial	Ganho e perda na tradução	Amortização do principal	Amortização do encargos	Bônus de adimplência	Saldo final
		31/12/2013								31/12/2014
Moeda estrangeira										
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	-	25.309	180	659	717	-	-	-	26.865
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	1.662	-	123	(64)	-	(1.656)	(65)	-	-
Bancolombia - Contrato nº 142516	Risaralda	32	-	-	-	(1)	(31)	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	-	94	-	-	(1)	(33)	-	-	60
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	-	94	-	-	(1)	(33)	-	-	60
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	-	111	-	-	(8)	(22)	-	-	81
Itaú - Contrato de crédito - IBCO0093	Risaralda	-	38.688	390	-	(3.126)	-	-	-	35.952
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	4.013	-	200	369	-	(1.113)	(220)	-	3.249
		5.707	64.296	893	964	(2.420)	(2.888)	(285)	-	66.267
Moeda nacional										
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Alupar	76	-	6	-	-	(62)	(14)	-	6
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4575341	Alupar	94	-	9	-	-	(59)	(13)	-	31
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	41.270	10.448	3.576	-	-	(11.601)	(3.604)	-	40.089
Itaú - Nota promissória - Contrato nº 001/140	EATE	140.080	-	2.998	-	-	(140.000)	(3.078)	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	125.531	-	8.869	-	-	(10.971)	(8.869)	-	114.560
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	17.126	-	699	-	-	(2.894)	(699)	-	14.232
Itaú - CCB - Contrato nº 101214050000500	ECTE	-	1.200	5	-	-	(1.200)	(5)	-	-
Safrá - CCB - Contrato nº 006254547	ECTE	-	30.000	438	-	-	(15.000)	(424)	-	15.014
BNDES - Subcrédito B e C - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	6.185	-	240	-	-	(6.160)	(265)	-	-
BNDES - Contrato nº 12.2.0058.1	ERTE	29.128	-	847	-	-	(29.045)	(930)	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	21.026	-	1.402	-	-	(1.571)	(1.402)	-	19.455
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	13.864	-	329	-	-	(1.585)	(329)	-	12.279
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	40.206	-	2.806	-	-	(3.251)	(2.808)	-	36.953
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	1.308	-	87	-	-	(105)	(88)	-	1.202
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	19.852	-	1.358	-	-	(2.030)	(1.361)	-	17.819
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	2.707	-	192	-	-	(281)	(188)	-	2.430
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	8.927	-	403	-	-	(1.556)	(372)	-	7.402
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	-	38.982	1.807	-	-	-	-	-	40.789
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	-	35.782	606	-	-	(290)	(84)	-	36.014
Itaú - CCB - Contrato nº 101113120010100	ETSE	8.872	40.550	325	-	-	(49.400)	(347)	-	-
Itaú - CCB - Contrato nº 101114020005000	ETSE	-	14.000	80	-	-	(14.000)	(80)	-	-
Itaú - CCB - Contrato nº 101114030006500	ETSE	-	8.850	15	-	-	(8.850)	(15)	-	-
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	17.664	104	1.678	-	-	(713)	(1.425)	(252)	17.056
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	205.321	-	15.516	-	-	150	-	-	220.987
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	82.479	-	6.141	-	-	-	-	-	88.620
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	4.194	5.487	318	-	-	-	-	-	9.999
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	161.997	21.887	4.160	-	-	-	-	-	188.044
BTG Pactual - Nota promissória - 1ª Emissão	Ferreira Gomes	-	175.000	3.801	-	-	(175.000)	(3.801)	-	-
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Foz	29	-	2	-	-	(29)	(2)	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	199.705	-	13.982	-	-	(15.027)	(13.991)	-	184.669
Outros	GET	168	-	-	-	-	-	-	-	168
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Ijuí	29	-	2	-	-	(29)	(2)	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	176.541	-	13.544	-	-	(12.797)	(13.552)	-	163.736
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	104.320	-	6.774	-	-	(9.179)	(6.782)	-	95.133
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	14.168	-	956	-	-	(1.246)	(958)	-	12.920
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	73	-	6	-	-	(23)	(6)	-	50
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	21	-	3	-	-	(7)	(2)	-	15
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	10	-	2	-	-	(3)	(2)	-	7
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	3	-	-	-	-	(1)	-	-	2
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	103.599	-	6.721	-	-	(9.321)	(6.730)	-	94.269
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	22.691	-	1.531	-	-	(2.040)	(1.533)	-	20.649
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	193	-	5	-	-	(40)	(6)	-	152
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00475-9	STN	3.947	-	87	-	-	(3.940)	(94)	-	-
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	196.438	-	14.558	-	-	(17.474)	(14.570)	-	178.952
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	871	-	35	-	-	(132)	(35)	-	739
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	-	15.809	322	-	-	-	(223)	-	15.908
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	-	5.192	2	-	-	-	-	-	5.194
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	28.657	-	2.191	-	-	(2.552)	(2.206)	-	26.090
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	9.009	-	672	-	-	(757)	(675)	-	8.249
		1.808.379	403.291	120.106	-	-	(550.071)	(91.570)	(252)	1.689.883
		1.814.086	467.587	120.999	964	(2.420)	(552.959)	(91.855)	(252)	1.756.150
Circulante		266.677								170.220
Não circulante		1.547.409								1.585.930
		1.814.086								1.756.150

As principais captações e liquidações ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2015 foram as seguintes:

Financiadores/credores	Empresa	Tipo de moeda	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Data da liquidação
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Alupar	Nacional	20/dez/11	187	14,33% a.a.	Mensal	Mensal	03/jan/15
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	Estrangeira	12/dez/14	USD 5.000.000	Libor + 3,85% a.a.	Único no final	Único no final	N/A
BTG Pactual - CCB - Contrato nº 245/14	EDV I	Nacional	13/fev/15	2.000	CDI + 2,00% a.a.	Único no final	Único no final	18/mar/15
BTG Pactual - CCB - Contrato nº 248/14	EDV II	Nacional	13/fev/15	2.000	CDI + 2,00% a.a.	Único no final	Único no final	18/mar/15
BTG Pactual - CCB - Contrato nº 249/14	EDV III	Nacional	13/fev/15	2.000	CDI + 2,00% a.a.	Único no final	Único no final	18/mar/15
BTG Pactual - CCB - Contrato nº 250/14	EDV IV	Nacional	13/fev/15	2.000	CDI + 2,00% a.a.	Único no final	Único no final	18/mar/15
BTG Pactual - CCB - Contrato nº 251/14	EDV X	Nacional	13/fev/15	2.000	CDI + 2,00% a.a.	Único no final	Único no final	18/mar/15
Safra - CCB - Contrato nº 006265476	ECTE	Nacional	27/fev/15	15.000	CDI + 1,30% a.a.	Único no final	Único no final	01/abr/15
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	Estrangeira	26/mar/15	COP 98.000.000	DTF (T.A.) + 8,69% a.a.	Mensal	Mensal	N/A
Santander - CCB - Contrato nº 270319415	Alupar	Nacional	31/mar/15	50.000	CDI + 1,10% a.a.	Único no final	Único no final	01/jun/15
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	Estrangeira	01/jun/15	USD 50.000.000	Libor + 2,40% a.a.	Único no final	Único no final	01/jan/16
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	Nacional	17/jun/15	22.500	115% do CDI	Único no final	Único no final	28/jun/16
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	Estrangeira	06/ago/15	COP 10.000.000.000	IBR (TV) (**), 3,6% a.a.	Único no final	Trimestral	15/nov/17
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	Estrangeira	01/out/15	COP 20.000.000.000	IBR (TV) (**), 3,6% a.a.	Único no final	Trimestral	15/nov/17
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	Estrangeira	14/dez/15	COP 14.000.000.000	IBR (TV) (**), 3,6% a.a.	Único no final	Trimestral	15/nov/17
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	Estrangeira	22/dez/15	USD 30.000.000	Libor + 3,00% a.a.	Único no final	Único no final	01/mar/16

(i) O crédito liberado por parte do BNDES para a controlada ETSE até 31 de dezembro 2015 ocorreu da seguinte forma:

Controlada ETSE											
Subcrédito	Montante contratado	Liberações									Saldo a Liberar
		15/05/2015	17/04/2015	28/03/2014	16/04/2014	28/07/2014	26/08/2014	22/10/2014	26/12/2014	Total	
A	39.159	-	177	22.474	10.750	-	1.030	2.512	2.216	39.159	-
B	39.254	261	3.211	-	18.750	1.950	6.746	3.352	4.984	39.254	-
Total	78.413	261	3.388	22.474	29.500	1.950	7.776	5.864	7.200	78.413	-

(ii) As garantias dadas em função do contrato estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela controlada ETSE

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2012, compreendendo mas não se limitando a:

- O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à controlada ETSE, incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- Os direitos creditórios da controlada ETSE provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 031/2012 e respectivos aditivos; e
- Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da controlada Ferreira Gomes, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão ou decorrentes da prestação de serviços de energia elétrica pela controlada ETSE.

- Garantias prestadas pela ECTE (Controladora da ETSE):

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da controlada ETSE.

d) A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador, é como segue:



Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2015							
	Consolidado							
	R\$							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Moeda estrangeira								
Dólar norte-americano	324.420	82.214	-	-	-	-	-	406.634
Pesos colombianos	1.119	94.999	-	-	-	-	-	96.118
	325.539	177.213	-	-	-	-	-	502.752
Moeda nacional								
CDI	24.310	-	-	-	-	-	-	24.310
TJLP	95.782	95.106	94.752	94.753	94.752	94.752	493.445	1.063.342
Taxa fixa	74.645	72.511	66.554	62.226	59.408	53.879	102.052	491.275
(-) Custos a amortizar	(633)	(393)	(329)	(255)	(250)	(250)	(2.251)	(4.361)
	194.104	167.224	160.977	156.724	153.910	148.381	593.246	1.574.566
	519.643	344.437	160.977	156.724	153.910	148.381	593.246	2.077.318

26.Debêntures

a) O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado									
		Circulante					Não Circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015	31/12/2014	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015	31/12/2014
Operacionais											
3ª Emissão	Alupar	-	-	-	-	74.928	-	-	-	-	-
4ª Emissão	Alupar	9.356	-	(160)	9.196	7.530	-	150.000	(146)	149.854	149.694
5ª Emissão	Alupar	2.565	19.252	(13)	21.804	50.792	-	365.795	(136)	365.659	299.852
6ª Emissão	Alupar	3.975	-	(1.230)	2.745	-	-	265.342	(5.331)	260.011	-
1ª Emissão	EATE	114	19.652	(2)	19.764	78.933	-	-	-	-	19.649
2ª Emissão	EATE	3.501	60.000	(101)	63.400	18.089	-	60.000	(43)	59.957	119.870
3ª Emissão	EATE	1.389	83.052	(244)	84.197	919	-	186.948	(187)	186.761	269.569
4ª Emissão	EATE	3.424	18.706	(94)	22.036	7.547	-	140.294	(121)	140.173	158.779
1ª Emissão	ECTE	-	-	-	-	16.436	-	-	-	-	4.093
2ª Emissão	ECTE	1.570	24.000	(57)	25.513	17.570	-	40.000	(25)	39.975	63.918
3ª Emissão	ECTE	1.596	4.998	(312)	6.282	-	-	65.002	(521)	64.481	-
1ª Emissão	ENTE	60	10.372	(1)	10.431	41.655	-	-	-	-	10.371
2ª Emissão	ENTE	5.342	29.177	(147)	34.372	11.773	-	218.823	(188)	218.635	247.658
1ª Emissão	ETEP	8	13.277	(16)	13.269	14.443	-	-	-	-	13.260
2ª Emissão	ETEP	1.486	8.118	(74)	9.530	3.247	-	60.882	(95)	60.787	68.827
3ª Emissão	Ferreira Gomes	383	-	(1.319)	(936)	(1.309)	312	254.137	(14.511)	239.938	208.423
1ª Emissão	STN	2.176	11.882	(116)	13.942	4.732	-	89.118	(301)	88.817	100.583
1ª Emissão	Transirapé	503	11.688	(39)	12.152	10.730	-	15.938	(36)	15.902	27.551
1ª Emissão	Transleste	1.188	6.491	(56)	7.623	2.592	-	48.682	(202)	48.480	54.915
1ª Emissão	Transudeste	597	14.013	(43)	14.567	10.575	-	18.763	(40)	18.723	32.693
		39.233	334.678	(4.024)	369.887	371.182	312	1.979.724	(21.883)	1.958.153	1.849.705
Pré Operacionais											
1ª Emissão	EDV I	3.804	21.740	(112)	25.432	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV I	1.601	23.000	(215)	24.386	-	-	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV II	2.281	13.040	(70)	15.251	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV II	906	13.000	(125)	13.781	-	-	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV III	3.424	19.570	(101)	22.893	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV III	1.253	18.000	(170)	19.083	-	-	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV IV	4.944	28.260	(142)	33.062	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV IV	1.671	24.000	(224)	25.447	-	-	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV X	3.042	17.390	(91)	20.341	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV X	1.532	22.000	(206)	23.326	-	-	-	-	-	-
		24.458	200.000	(1.456)	223.002	-	-	-	-	-	-
Total - Debêntures - Circulante		63.691	534.678	(5.480)	592.889	371.182	312	1.979.724	(21.883)	1.958.153	1.849.705

b) As principais características das debêntures são conforme segue:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
3ª Emissão	Alupar	dez/10	dez/15	150.000	CDI	1,85	Anual	Semestral
4ª Emissão	Alupar	fev/12	fev/18	150.000	CDI	1,45	Semestral	Semestral
5ª Emissão	Alupar	mai/12	mai/27	300.000	IPCA	7,80	Anual	Semestral
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral
1ª Emissão	EATE	mar/11	mar/16	360.000	CDI	1,30	Mensal	Mensal
2ª Emissão	EATE	out/12	out/17	150.000	CDI	0,99	Semestral	Semestral
3ª Emissão	EATE	mar/14	mar/19	270.000	CDI	1,15	Trimestral	Trimestral
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	ECTE	mar/11	mar/16	75.000	CDI	1,30	Mensal	Mensal
2ª Emissão	ECTE	out/12	out/17	80.000	CDI	0,99	Semestral	Semestral
3ª Emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15	Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	ENTE	mar/11	mar/16	190.000	CDI	1,30	Mensal	Mensal
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	ETEP	nov/11	nov/16	70.000	112,5% CDI		Mensal	Mensal
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	Transirapé	nov/12	nov/17	42.500	CDI	0,99	Semestral	Semestral
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	Transudeste	nov/12	nov/17	47.500	CDI	0,99	Semestral	Semestral

Financiadores / credores	Empresas pré operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
1ª Emissão (*)	EDV I	out/14	abr/16	21.740	110,0% CDI		Único no final	Único no final
2ª Emissão (*)	EDV I	jul/15	mai/16	23.000	110,0% CDI		Único no final	Único no final
1ª Emissão (*)	EDV II	out/14	abr/16	13.040	110,0% CDI		Único no final	Único no final
2ª Emissão (*)	EDV II	jul/15	mai/16	13.000	110,0% CDI		Único no final	Único no final
1ª Emissão (*)	EDV III	out/14	abr/16	19.570	110,0% CDI		Único no final	Único no final
2ª Emissão (*)	EDV III	jul/15	mai/16	18.000	110,0% CDI		Único no final	Único no final
1ª Emissão (*)	EDV IV	out/14	abr/16	28.260	110,0% CDI		Único no final	Único no final
2ª Emissão (*)	EDV IV	jul/15	mai/16	24.000	110,0% CDI		Único no final	Único no final
1ª Emissão (*)	EDV X	out/14	abr/16	17.390	110,0% CDI		Único no final	Único no final
2ª Emissão (*)	EDV X	jul/15	mai/16	22.000	110,0% CDI		Único no final	Único no final

(*) Independentemente do vencimento dessas debêntures estar previsto em contrato para ocorrer no dia 16 de abril de 2016, a Companhia tem a expectativa de liquidá-las antes dessa data.

A Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debêntures da controlada Ferreira Gomes, o qual é exigido trimestralmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas restritivas foram atendidas. e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia de acordo com as metodologias explícitas em seus contratos de suas controladas e controladas em conjunto.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis.



c) A movimentação das debêntures é conforme segue:

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado						
		Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Varição	Amortização	Amortização	Saldo final
		31/12/2014	dívidas (Custo a amortizar)	encargos	monetária	do principal	do encargos	31/12/2015
3ª Emissão	Alupar	74.928	-	10.668	-	(75.000)	(10.596)	-
4ª Emissão	Alupar	157.224	-	21.657	-	-	(19.831)	159.050
5ª Emissão	Alupar	350.644	-	28.691	36.432	-	(28.304)	387.463
6ª Emissão	Alupar	-	245.663	14.117	12.304	-	(9.328)	262.756
1ª Emissão	EATE	98.582	-	7.932	-	(78.543)	(8.207)	19.764
2ª Emissão	EATE	137.959	-	17.712	-	(15.000)	(17.314)	123.357
3ª Emissão	EATE	270.488	-	37.233	-	-	(36.763)	270.958
4ª Emissão	EATE	166.326	-	22.111	-	-	(26.228)	162.209
1ª Emissão	ECTE	20.529	-	929	-	(20.457)	(1.001)	-
2ª Emissão	ECTE	81.488	-	10.593	-	(16.000)	(10.593)	65.488
3ª Emissão	ECTE	-	70.000	7.189	-	-	(6.426)	70.763
1ª Emissão	EDV I	-	21.148	4.284	-	-	-	25.432
2ª Emissão	EDV I	-	22.504	1.882	-	-	-	24.386
1ª Emissão	EDV II	-	12.668	2.583	-	-	-	15.251
2ª Emissão	EDV II	-	12.713	1.068	-	-	-	13.781
1ª Emissão	EDV III	-	19.035	3.858	-	-	-	22.893
2ª Emissão	EDV III	-	17.608	1.475	-	-	-	19.083
1ª Emissão	EDV IV	-	27.508	5.554	-	-	-	33.062
2ª Emissão	EDV IV	-	23.483	1.964	-	-	-	25.447
1ª Emissão	EDV X	-	16.910	3.431	-	-	-	20.341
2ª Emissão	EDV X	-	21.525	1.801	-	-	-	23.326
1ª Emissão	ENTE	52.026	-	4.237	-	(41.453)	(4.379)	10.431
2ª Emissão	ENTE	259.431	-	34.690	-	-	(41.114)	253.007
1ª Emissão	ETEP	27.703	-	2.990	-	(14.484)	(2.940)	13.269
2ª Emissão	ETEP	72.074	-	9.690	-	-	(11.447)	70.317
3ª Emissão	Ferreira Gomes	207.114	(150)	30.435	10.060	-	(8.457)	239.002
1ª Emissão	STN	105.315	-	14.046	-	116	(16.718)	102.759
1ª Emissão	Transirapé	38.281	-	4.714	-	(10.200)	(4.741)	28.054
1ª Emissão	Transleste	57.507	-	7.700	-	-	(9.104)	56.103
1ª Emissão	Transudeste	43.268	-	5.413	-	(9.975)	(5.416)	33.290
		2.220.887	510.615	320.647	58.796	(280.996)	(278.907)	2.551.042
Circulante		371.182						592.889
Não circulante		1.849.705						1.958.153
		2.220.887						2.551.042

As principais movimentações ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2015 foram as seguintes:

Financiadores/credores	Empresa	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Data da liquidação
3ª Emissão	Alupar	22/dez/10	150.000	CDI 1,85	Anual	Semestral	22/dez/15
1ª Emissão (*)	EDV I	16/out/14	21.740	110,0% CDI	Único no final	Único no final	N/A
1ª Emissão (*)	EDV II	16/out/14	13.040	110,0% CDI	Único no final	Único no final	N/A
1ª Emissão (*)	EDV III	16/out/14	19.570	110,0% CDI	Único no final	Único no final	N/A
1ª Emissão (*)	EDV IV	16/out/14	28.260	110,0% CDI	Único no final	Único no final	N/A
1ª Emissão (*)	EDV X	16/out/14	17.390	110,0% CDI	Único no final	Único no final	N/A
6ª Emissão	Alupar	15/abr/15	250.000	IPCA 7,33	Anual	Semestral	15/abr/21
3ª Emissão	ECTE	07/mar/15	70.000	CDI 2,15	Trimestral	Trimestral	07/fev/20
2ª Emissão (*)	EDV I	15/jul/15	23.000	110,0% CDI	Único no final	Único no final	15/mar/16
2ª Emissão (*)	EDV II	15/jul/15	13.000	110,0% CDI	Único no final	Único no final	15/mar/16
2ª Emissão (*)	EDV III	15/jul/15	18.000	110,0% CDI	Único no final	Único no final	15/mar/16
2ª Emissão (*)	EDV IV	15/jul/15	24.000	110,0% CDI	Único no final	Único no final	15/mar/16
2ª Emissão (*)	EDV X	15/jul/15	22.000	110,0% CDI	Único no final	Único no final	15/mar/16

(*) Apesar de essas debêntures terem sido emitidas em 16 de outubro de 2014, os recursos provenientes das mesmas ingressaram no caixa das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X somente em março de 2015, em função do processo de transferência de ações entre a Companhia e Furnas que fora somente concluído em 02 de março de 2015 (vide nota 2.4).

d) A amortização das debêntures por indexador é como segue:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2015							
	Consolidado							
	R\$							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
CDI	572.192	466.492	308.817	205.600	113.543	-	-	1.666.644
IPCA	26.176	20.271	21.796	26.376	182.625	186.569	447.948	911.761
(-) Custos a amortizar	(5.478)	(3.263)	(3.253)	(2.967)	(2.673)	(1.742)	(7.987)	(27.363)
	592.890	483.500	327.360	229.009	293.495	184.827	439.961	2.551.042

27. Provisões para contingências

a) As provisões constituídas para contingências e respectivo saldo de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, por natureza, estão abaixo demonstrados:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisões		Depósitos judiciais	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Processos judiciais				
Tributário	2.080	1.927	2.852	2.699
Cível	1	4	3.373	3.572
Fundiário	-	-	229	-
Trabalhista	2.198	898	1.212	1.029
	4.279	2.829	7.666	7.300
Circulante	66	90	-	-
Não circulante	4.213	2.739	7.666	7.300
	4.279	2.829	7.666	7.300

b) A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	Consolidado			
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Reversão
	31/12/2014			
Processos judiciais				
Tributário	1.927	-	153	-
Cível	4	-	-	(3)
Trabalhista	898	3.576	-	(2.276)
	2.829	3.576	153	(2.279)

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 2.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R\$ 1.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.



Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: a Companhia e/ou suas controladas figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios, a saber:

(i) Demandas Fiscais:

- Mandado de Segurança nº 00022535720094036100, movido pela Companhia em face do Delegado da Receita Federal de São Paulo, em trâmite perante a 5ª Vara da Justiça Federal de São Paulo. Visa a exclusão dos valores recebidos a título de juros sobre o capital próprio de base do cálculo do PIS e COFINS. O valor em risco é aproximadamente R\$ 2.080.

(B) PERDA POSSÍVEL: Embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e/ou suas controladas, merecem destaques as seguintes demandas, com chance possível de perda:

(i) Demandas Fiscais:

- Processo Administrativo nº 10880908850201376, movido pela Companhia, em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de pedido de restituição de crédito (Perd/Comp), cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 5.674.
- Processo Administrativo nº 10880946290201277, movido pela Companhia, em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de pedido de restituição de crédito (Perd/Comp), cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 3.973.
- Processo Administrativo nº 19515722963201238, em face da Controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de auto de infração referente a IRPJ, CLSS, PIS e COFINS no período de 2007 a 2010, cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 2.202;
- Execução Fiscal nº 00008348820148110047, em face da Controlada Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME), em trâmite perante a Vara Única de Jauru, cuja nossa responsabilidade é solidária. Trata-se de Execução Fiscal requerendo a diferença de recolhimento de alíquota de ISS, sendo o devedor principal a empresa Global Energia Elétrica S.A. e Mavi Engenharia e Construções Ltda., cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 1.216.
- Processo Administrativo nº 10480902369201037, movido pela União em face da Controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de pedido de ressarcimento de crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ, apurado no período 2005, com compensação de débitos de PIS, COFINS e IRPJ. O valor em risco aproximado pe de R\$ 1.631;



(ii) Demandas Cíveis:

- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.400;
- Ação Cautelar Inominada nº 00005352820158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S/A e outros com o objetivo de produção de provas e apuração de responsabilidade pelo incidente de inundação ocorrido na cidade de Ferreira Gomes/AP no dia 07/05/2015. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.000;
- Ação Civil Pública nº 00335301320054047100 proposta pelo Núcleo Amigos da Terra Brasil em face da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler/RS – FEPAM, União Federal, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, sendo que, o Estado do Rio Grande do Sul, e a Controlada Ijuí Energia S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. figuram como assistentes no processo. Trata-se de uma ação civil pública ajuizada com fito de discutir o licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas Passo São João (LP nº 710/2005-DL) e São José (LP nº 711/2005-DL). O valor em risco aproximado é de R\$ 1;
- Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer a indenização em decorrência de supostos danos materiais e morais causados pela Controlada Ferreira Gomes Energia S/A ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.
- Ação Civil Pública nº 201201963790 (0196379-30.2012.8.09.0142) proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face da Companhia e do Estado de Goiás, com pedido de liminar, com objetivo de declarar a nulidade da licença prévia emitida para o empreendimento PCH Verde 08, tendo em vista a alegada ocorrência de falhas no EIA-RIMA apresentado pelo empreendimento. Liminar revogada e empreendimento em fase de implantação. O valor em risco aproximado é de R\$ 10;
- Ação Civil Pública nº 001983412020148090142 proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face da Companhia e do Estado de Goiás com pedido de liminar. A presente ação possui como objetivo coibir a concessão da licença prévia pela SEMARH à Companhia, necessária para a construção da Usina Hidrelétrica Verde 11 Alto. Não há valor em risco envolvido.
- Ação Revisional nº 00818741920118190001 proposta pela empresa Naturasul em face da Controlada Ijuí Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 4.841;
- Ação de Execução nº 00503476720108160001, nº 00503424520108160001, nº 00503433020108160001 e nº 00503441520108160001, proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 2.143, R\$1.189, R\$1.008 e R\$1.577 respectivamente;



- Ação Monitória nº 00465158420148160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual requer condenação ao pagamento decorrente de serviços adicionais relacionados ao Contrato de Empreitada. O valor em risco aproximado é de R\$ 6.784;
- Ação Civil Pública nº 00184082320134013200 proposta pelo Ministério Público Federal em face da Controlada Transnorte para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.211;

(iii) Demandas Trabalhistas:

- Reclamação Trabalhista n. 0010029320155060100 proposta por A K B G (abreviatura) em face da Controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN) e outros em que são formulados diversos pedidos de natureza trabalhista assim como compartilhamento de responsabilidade entre as empresas reclamadas. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.000;

(iv) Demandas Arbitrais: Existem dois procedimentos arbitrais com risco de perda possível, a saber:

- Procedimento Arbitral nº 170, instaurado pela CONPASUL – Construção e Serviços (empresa responsável pelas obras civis da UHE São José), em face da Controlada Ijuí Energia S.A. O valor em risco aproximado é de R\$ 22.000.
- Procedimento Arbitral nº 230, instaurado pelo Consórcio Fornecedor Foz do Rio Claro (Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. e Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – responsáveis pelo fornecimento e montagem eletromecânica), em face da Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.
- Procedimento Arbitral nº 21212/ASM, instaurado pela TSK Energia Desenvolvimento LTDA em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. em trâmite perante a Corte Internacional de Comércio (“ICC” – Internacional Chamber of Arbitration). Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de Empreitada Total e Prazo Determinado para a Execução das Montagens dos Equipamentos Eletromecânicos, Hidromecânicos, Sistemas e Instalações” da AHE Ferreira Gomes. O valor em risco não pode ser estimado.

(v) Demandas Ambientais: Existem dois Autos de Infração com probabilidade de perda possível, nos quais transcrevemos abaixo:

- Auto de Infração Ambiental nº 013596-A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.

Destacamos que a Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, será extinto.



- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000.

Ainda, existem cinco ações civis públicas de natureza ambiental, na qual a Companhia e/ou suas Controladas, figuram na qualidade de rés, com probabilidade de risco possível, que se encontram mencionadas no item “B”, parte “ii”.

(vi) Demandas Penais:

- Ação Penal Pública n. 001628260158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, na qual requer a condenação dos Réus em decorrência de supostos danos materiais causados ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.

Destacamos que a Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o curso da Ação Penal Pública até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, a referida ação penal pública será extinta.

28. Patrimônio Líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.



b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.625.227, está representado por 461.243.596 (461.243.596 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias e 163.658.200 (163.658.200 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionistas

Guarupart Participações Ltda

FI - FGTS

Ações em circulação

Total das ações

31/12/2015			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
387.609.996	84,04	16.391.004	10,02
29.243.000	6,34	58.486.000	35,74
44.390.600	9,62	88.781.200	54,25
461.243.596	100,00	163.658.204	100,00

Acionistas

Guarupart Participações Ltda

FI - FGTS

Ações em circulação

Total das ações

31/12/2014			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
387.609.996	84,04	16.391.004	10,02
29.243.000	6,34	58.486.000	35,74
44.390.600	9,62	88.781.200	54,25
461.243.596	100,00	163.658.204	100,00

c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c.2) Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.



d) Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

Ganho (perda) em transação de capital

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	86.821	86.821
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (*)	(3.915)	(2.989)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	(21.499)	(21.499)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(4.747)	(4.747)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(3.000)	(3.000)
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(1.472)	-
	52.188	54.586

Reserva para reinvestimento

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	-	353
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	504	504
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	57	57
	561	914
	52.749	55.500

(*) Perda de capital gerada na aquisição de ações da controlada ECTE (vide nota 2.4).

e) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	15.934	5.287
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior		
Controladas:		
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	32.278	10.292
La Virgen S.A.C.	4.397	474
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	1.825	882
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	(11.058)	(1.001)
Alupar Chile Inversiones SpA	(100)	-
Saldo no fim do período / exercício	43.276	15.934



f) Destinação do resultado

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

- g) Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia provisionou o montante de R\$ 99.355 (referente ao 50% mínimo) na rubrica de Dividendos a pagar. **Participação de acionistas não controladores**

Os proventos pagos a título de dividendos e juros sobre capital próprio referem-se aos dividendos e juros sobre capital próprio declarados a acionistas não controladores das controladas.

29.Resultado por ação

Os dados do resultado por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações. A Companhia possui ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2015	31/12/2014
Numerador:		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	209.169	362.785
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	461.244	461.244
Média ponderada do número de ações preferenciais	163.658	163.658
Lucro por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,33472	0,58055
Resultado básico e diluído por ação preferenciais	0,33472	0,58055

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou os bônus de subscrição.



30. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta		
Sistema de transmissão de energia		
Receita de transmissão de energia	108.653	111.440
Receita de infraestrutura	75.777	130.622
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.070.003	1.022.414
	<u>1.254.433</u>	<u>1.264.476</u>
Sistema de geração de energia		
Suprimento de energia (Nota 31)	378.486	311.466
	<u>378.486</u>	<u>311.466</u>
Total - Receita operacional bruta	<u>1.632.919</u>	<u>1.575.942</u>
Tributos sobre a receita operacional bruta		
Programa de Integração Social - PIS	(14.892)	(10.339)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(68.670)	(47.694)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(5.115)	(3.743)
Imposto sobre Serviços - ISS	(472)	(387)
	<u>(89.149)</u>	<u>(62.163)</u>
Encargos regulamentares da concessão		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(31.272)	(27.723)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(5.361)	(4.778)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(5.354)	(4.778)
Ministério de minas e energia - MME	(2.680)	(2.392)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(5.544)	(4.568)
	<u>(50.211)</u>	<u>(44.239)</u>
Total - Deduções da receita operacional bruta	<u>(139.360)</u>	<u>(106.402)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.493.559</u>	<u>1.469.540</u>

31. Suprimento de energia e energia comprada para revenda

	Consolidado					
	Exercício findo em					
	31/12/2015			31/12/2014		
	MWh	Preço Médio	Valor	MWh	Preço Médio	Valor
Suprimento de energia						
Contrato bilateral - ambiente livre	672.514	204,70	137.666	367.920	225,26	82.879
Contrato bilateral - ambiente livre - comercialização	-	-	-	13.355	127,29	1.700
Contrato bilateral - ambiente regulado	1.524.240	127,16	193.818	604.540	167,88	101.489
Gross-up ICMS	-	-	5.136	-	-	3.505
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	41.866	-	-	121.893
Total - Receita operacional bruta			<u>378.486</u>			<u>311.466</u>
Energia comprada para revenda						
Contrato bilateral - ambiente livre	(436.440)	174,50	(76.158)	(107.865)	389,67	(42.032)
MRE / Spot e outros ajustes	-	-	5.438	-	-	(25.651)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	12.211	-	-	2.028
			<u>(58.509)</u>			<u>(65.655)</u>

Em 06 de março de 2013, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fez publicar a Resolução nº 03/2013, que (i) estabelece diretrizes para a internalização de mecanismo de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço e (ii) permite ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE despachar Usinas Termelétricas – UTEs fora da ordem de mérito econômico. De acordo

com esta Resolução CNPE 03/13, parte significativa do custeio das UTEs recairá sobre as geradores hidrelétricas, seja no período transitório (até a homologação dos novos programas computacionais) ou no período permanente. Atualmente o rateio dos custos de despacho das UTEs previsto na Resolução do CNPE 03/13 está suspenso para as controladas de geração da Companhia e para alguns agentes, em função dos mesmos estarem amparados pela liminar obtida em 22 de agosto de 2013 pela associação que os representam. Caso a decisão judicial seja desfavorável, as controladas de geração da Companhia, terão que registrar a título de Encargos de Serviços do Sistema o montante de R\$ 8.594.

CNPE

32. Custos e despesas operacionais

	Controladora					
	Exercício findo em					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Despesas operacionais		Custos dos serviços prestados	Total	Despesas operacionais	
	Gerais e administrativas	Outras			Gerais e administrativas	Outras
Pessoal	(21.540)	-	(221)	(21.761)	(17.439)	-
Material	(272)	-	-	(272)	(321)	-
Serviços de terceiros	(6.793)	-	(3)	(6.796)	(13.041)	-
Depreciação e amortização	(1.351)	-	-	(1.351)	(1.012)	-
Aluguéis	(1.204)	-	(1)	(1.205)	(1.439)	-
Seguros	(48)	-	-	(48)	(32)	-
Doações, contribuições e subvenções	(173)	-	-	(173)	(123)	-
Perdas de capital	-	(39)	-	(39)	-	(1.849)
Outros tributos e taxas	(654)	-	(4)	(658)	(521)	-
Outras	(61)	-	-	(61)	(102)	-
Total	(32.096)	(39)	(229)	(32.364)	(34.030)	(1.849)

	Consolidado								
	Exercício findo em								
	31/12/2015					31/12/2014			
	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total	Custos operacionais		Despesas operacionais	
	Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras		Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras
Pessoal	(39.102)	(8.515)	(56.324)	-	(103.941)	(35.878)	(1.454)	(46.271)	-
Material	(10.251)	(289)	(1.478)	-	(12.018)	(7.357)	(43.700)	(950)	-
Serviços de terceiros	(42.314)	(18.766)	(27.111)	-	(88.191)	(41.934)	(47.653)	(32.911)	-
Gerenciamento de obras	-	(658)	-	-	(658)	-	(536)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(4.805)	-	(4.805)	-	-	(3.244)	-
Provisão (reversão) para contingências	(1.169)	-	-	-	(1.169)	(1.134)	-	-	-
Aluguéis	(5.149)	-	(4.200)	-	(9.349)	(4.903)	-	(3.606)	-
Seguros	(2.232)	(1)	(2.028)	-	(4.261)	(1.591)	(28)	(182)	-
Doações, contribuições e subvenções	(256)	-	(7.731)	-	(7.987)	(229)	-	(6.086)	-
Perdas de capital	-	-	-	(39)	(39)	-	-	-	(15.225)
Outros tributos e taxas	(433)	(207)	(3.451)	-	(4,091)	(647)	-	(822)	(10)
Estudos de projetos	-	(425)	-	-	(425)	-	(645)	-	-
Terrenos	-	(2.564)	-	-	(2,564)	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	(1.576)	-	-	(1,576)	-	(5,718)	-	-
Máquinas e equipamentos	-	(35,609)	-	-	(35,609)	-	(25,460)	-	-
Indenizações	-	2,293	-	-	2,293	-	(1,892)	-	-
Outras	(98)	(9,461)	(1,252)	(117)	(10,928)	18	(3,536)	(667)	(43)
Total	(101,004)	(75,778)	(108,380)	(156)	(285,318)	(93,655)	(130,622)	(94,739)	(15,278)



33.Receitas e despesas financeiras

Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita de aplicações financeiras	36.844	41.580	70.581	65.954
Atualização monetária - Depósitos judiciais	153	127	153	127
Atualização monetária - Impostos a recuperar	2.108	2.361	2.707	3.198
(-) Tributos sobre receita	(138)	-	(436)	-
Outras	(833)	27	12.850	2.275
Total	38.134	44.095	85.855	71.554

Despesas Financeiras

Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.948)	(3.591)	(140.389)	(87.516)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(4.325)	(964)
Encargos sobre debêntures	(75.133)	(64.857)	(285.233)	(187.815)
Variação monetária sobre debêntures	(48.736)	(21.849)	(58.796)	(21.849)
Variação cambial	-	(4.427)	(1.081)	(4.793)
Variação monetária - P&D	-	-	(2.034)	(1.116)
Atualização monetária - Contingências	(153)	(127)	(153)	(127)
Variação monetária - Outros	-	-	(5.093)	(1.784)
Juros e multas	(44)	(28)	(8.333)	(1.660)
Comissões e Fianças Bancárias	(134)	(1.221)	(824)	(2.299)
Outras	(910)	(192)	(7.291)	(4.257)
Total	(129.058)	(96.292)	(513.552)	(314.180)
Total Líquido	(90.924)	(52.197)	(427.697)	(242.626)

34.Imposto de renda e contribuição social

- a) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:

Correntes	(96.038)	(78.884)
Diferidos	17.708	22.839
Total	(78.330)	(56.045)

b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:

Resultado antes dos tributos	649.522	807.703
Juros sobre capital próprio	(27.199)	-
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(211.590)	(274.619)

Ajustes para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos:

Efeito da eliminação de equivalência patrimonial empresas coligadas	(35.495)	-
Créditos fiscais - IR e CS não constituídos no exercício	(33.200)	(27.961)
Reversão do efeito da tributação - lucro real	67.934	149.347
Tributação pelo regime do lucro presumido	(14.940)	(10.977)
Efeito de alíquotas de imposto de entidades no exterior	(14.643)	(9.368)
Redução na alíquota de imposto	60.485	77.699
Despesas não dedutíveis	(4.617)	-
Resultado de equivalência patrimonial	38.182	9.123
Incentivos fiscais	24.307	-
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos	1.803	-
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	977	-
Reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	(121)	-
Mudanças de estimativas referentes a anos anteriores	42.588	-
Outros	-	30.711
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(78.330)	(56.045)

c) Alíquota efetiva

12,1%	6,9%
--------------	-------------

(*) Benefícios fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).



- b) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Empresas	Referente Ano Fiscal 2015		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
Controladas diretas:			
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Transminas Holding S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Boa Vista Participações S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Alupar Chile Inversiones SpA	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Foz do Rio Claro Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Ijuí Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Ferreira Gomes Energia S.A.	9,25%	Em solicitação (**)	Lucro Real
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Forquilha IV Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Verde 8 Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Água Limpa S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
La Virgen S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Energia dos Ventos I S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Energia dos Ventos II S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Energia dos Ventos III S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Energia dos Ventos IV S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Energia dos Ventos X S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (*)	Regime Misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	2023	Lucro Real
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN (*)	3,65%	2016	Lucro Real
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	9,25%	2019	Lucro Real
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (*)	3,65%	Em solicitação	Lucro Real
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (*)	3,65%	2015	Lucro Real
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (*)	3,65%	Em solicitação (***)	Lucro Presumido
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE (*)	3,65%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	9,25%	2024	Lucro Real
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	9,25%	2024	Lucro Real
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
ACE Comercializadora Ltda	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
AF Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidas à dedução de 3,65% Pis /Cofins.

(**) Preparação no Pleito junto a Sudam

(***) Aguardando diferimento da Receita Federal do Brasil

Empresas	Referente Ano Fiscal 2015		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
Controladas indiretas:			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE	9,25%	2020	Lucro Real
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido



Empresas	Referente Ano Fiscal 2015		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
Controladas em conjunto			
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	9,25%	2024	Lucro Real
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Transnorte Energia S.A. - TNE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
(*) Preparação no Pleito junto a Sudam			

35.Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda.. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto deter participação em empresas de geração e transmissão de energia elétrica, dentre outros. A Companhia também participa em 3 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru e Boa Vista Participações S.A., os detalhes destas controladas estão descritas na nota explicativa 2.

Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:



Parte relacionada / transação	Controladora				Consolidado			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Balanco patrimonial								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa								
Caixa Econômica Federal (*)	120.221	71.565	-	-	120.221	71.565	-	-
	120.221	71.565	-	-	120.221	71.565	-	-
Investimento de curto-prazo								
Caixa Econômica Federal (*)	44.430	209.791	-	-	44.430	209.791	-	-
	44.430	209.791	-	-	44.430	209.791	-	-
Debêntures								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	21.804	50.792	-	-	21.804	50.792
	-	-	21.804	50.792	-	-	21.804	50.792
Contas a receber - Reembolso de despesas								
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4	4	-	-	-	-	-	-
	4	4	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber								
Transminas Holding S.A.	11.863	3.145	-	-	-	-	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	7.886	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	18.458	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	6.890	6.890	-	-	-	-	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	-	19.258	-	-	-	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	1.594	-	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	2.408	1.790	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	3.607	1.754	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	2.640	3.213	-	-	-	-	-	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	4.524	4.299	-	-	4.524	4.299	-	-
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	3.328	2.584	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	371	176	-	-	-	-	-	-
AF Energia S.A.	76	76	-	-	-	-	-	-
	63.645	43.185	-	-	4.524	4.299	-	-
Juros sobre capital próprio								
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	7.616	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	3.947	-	-	-	-	-	-	-
	11.563	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante								
Adiantamento para futuro aumento de capital								
Foz do Rio Claro Energia S.A.	400	400	-	-	-	-	-	-
Ijuí Energia S.A.	7.700	6.400	-	-	-	-	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A.	24.752	183.160	-	-	-	-	-	-
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	-	468	-	-	-	-	-	-
ACE Comercializadora Ltda.	1.100	600	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos I S.A.	-	1	-	-	-	1	-	-
Energia dos Ventos II S.A.	-	1	-	-	-	1	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	-	1	-	-	-	1	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	1.000	2	-	-	-	2	-	-
Energia dos Ventos V S.A.	-	2	-	-	-	2	-	-
Energia dos Ventos VI S.A.	-	2	-	-	-	2	-	-
Energia dos Ventos VII S.A.	-	2	-	-	-	2	-	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	2	-	-	-	2	-	-
Energia dos Ventos IX S.A.	-	2	-	-	-	2	-	-
Energia dos Ventos X S.A.	-	1	-	-	-	1	-	-
Boa Vista Participações S.A.	13	10	-	-	-	-	-	-
Forquilha IV Energia S.A.	293	160	-	-	-	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	7.583	744	-	-	-	-	-	-
Água Limpa S.A.	5.015	1.354	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	-	11.204	-	-	-	-	-	-
Geração de Energia Termelétrica e Participações S.A.	578	569	-	-	-	-	-	-
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	5.030	470	-	-	-	-	-	-
Alupar Chile Inversiones SpA	1.198	-	-	-	-	-	-	-
	54.662	205.555	-	-	-	16	-	-
Debêntures								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	365.659	299.852	-	-	365.659	299.852
	-	-	365.659	299.852	-	-	365.659	299.852



Parte relacionada / transação	Controladora / Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>Demonstração do resultado</u>		
<u>Receitas financeiras</u>	32.383	36.856
Caixa Econômica Federal (*) - Aplicações financeiras	32.383	36.856
<u>Despesas financeiras</u>	(65.123)	(47.853)
FI FGTS - 5ª Emissão	(65.123)	(47.853)
<u>Resultado financeiro</u>	<u>(32.740)</u>	<u>(10.997)</u>

(*) A Caixa Econômica Federal é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia.

b) Garantias

b.1) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:



Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2015
01/12/09	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP	Fiança	72.841	17/12/09	15/05/18	28.625
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	34.928
16/03/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/09	15/09/23	15.845
22/12/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/09	15/10/19	8.170
07/11/11	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	Nota de Crédito nº 40/00039-7	Prestação de aval e de penhor de ações	17.835	23/12/11	01/12/26	15.676
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/12	15/04/31	491.413
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	201.630	09/04/08	15/03/27	170.277
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	151.501
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	86.272
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	11.717
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/09	15/01/25	85.261
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	18.675
15/12/08	Assembleia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	160.556
06/06/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-5	Prestação de aval e de penhor de ações	80.000	07/02/11	01/02/29	81.263
16/11/10	Conselho de Administração	TME	Alupar	Financiamento - BNDES - 20.00487-7	Prestação de aval e de penhor de ações	87.300	27/02/12	15/06/26	64.930
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/20	606
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	5.871
17/12/09	Conselho de Administração	EBTE	EATE, Alupar e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato - 09.2.1409.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/09	15/05/25	115.316
29/10/12	Conselho de Administração	ESDE	ETEP, Alupar e TAESA	Financiamento BNDES - Contrato 12.2.1001.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ETEP) + Fiança	42.797	13/11/12	15/04/27	28.644
27/12/13	Conselho de Administração	ETSE	ECTE, Alupar, CELESC e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato 13.2.1413.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ECTE) + Fiança	78.413	27/12/13	15/12/28	75.769
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.314	Penhor de Ações	12.971	10/03/05	31/01/17	2.864
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.000	10/03/05	10/02/25	22.681
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	11/03/25	7.464
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Financiamento - BDMG	Penhor de Ações	30.300	27/12/13	15/01/24	19.200
12/12/11	Conselho de Administração	Transchile	Alupar	Contrato Financeiro - Ações	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	US\$ 51.014	18/07/07	15/11/26	121.748
12/03/12	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Debentures 5 emissão	Fiança	300.000	15/05/12	30/05/27	387.612
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debentures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	211.500	15/06/14	15/12/27	254.832
15/09/14	Conselho da Administração	Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Alupar	Contrato de Empréstimo a médio prazo	Fiança	US\$ 15.000 e US\$ 5.000	10/10/2014 e 12/12/2014	10/10/2017 e 12/12/2017	81.283
Não existe a necessidade de aprovação do Conselho		Risaralda Energia S.A. E.S.P.	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora	COP\$ 32.000.000.000	10/11/14	14/11/17	40.330
Não existe a necessidade de aprovação do Conselho		Risaralda Energia S.A. E.S.P.	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora	COP\$ 88.000.000.000	25/03/15	11/11/17	55.517
17/10/14	Assembleia Geral Extraordinária	Energia dos Ventos I	Alupar	Escritura da 1ª Emissão de Debentures	Fiança	21.740	16/10/14	16/04/16	25.544
17/10/14	Assembleia Geral Extraordinária	Energia dos Ventos II	Alupar	Escritura da 1ª Emissão de Debentures	Fiança	13.040	16/10/14	16/04/16	15.321
17/10/14	Assembleia Geral Extraordinária	Energia dos Ventos III	Alupar	Escritura da 1ª Emissão de Debentures	Fiança	19.570	16/10/14	16/04/16	22.994
17/10/14	Assembleia Geral Extraordinária	Energia dos Ventos IV	Alupar	Escritura da 1ª Emissão de Debentures	Fiança	28.260	16/10/14	16/04/16	33.204
17/10/14	Assembleia Geral Extraordinária	Energia dos Ventos X	Alupar	Escritura da 1ª Emissão de Debentures	Fiança	17.390	16/10/14	16/04/16	23.532
05/03/15	Conselho de Administração	LA VIRGEN S.A.C.	Alupar	Contrato de Crédito Ponte a Médio Prazo	Garantir as Operações relacionadas com o projecto da central hidroeléctrica "LA VIRGEN" até o lançamento do financiamento de longo prazo da CAF&DEG	US\$ 50.000.000	22/04/15	22/10/15	205.361
N/A	N/A	LA VIRGEN S.A.C.	Alupar	Contrato de Empréstimo	Garantia prestada em razão do Contrato de Empréstimo no valor global de US\$ 30.000.000,00 obtido junto ao Banco Santander Panamá	US\$ 30.000.000	22/12/15	22/09/16	117.126
07/05/15	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	CCB	Avalista	22.500	17/06/15	28/06/16	24.310
23/07/15	Assembleia Geral Extraordinária	Energia dos Ventos I	Alupar	Escritura da 2ª Emissão de Debentures	Fiança	23.000	15/07/15	15/05/16	24.601
23/07/15	Assembleia Geral Extraordinária	Energia dos Ventos II	Alupar	Escritura da 2ª Emissão de Debentures	Fiança	13.000	15/07/15	15/05/16	13.906
23/07/15	Assembleia Geral Extraordinária	Energia dos Ventos III	Alupar	Escritura da 2ª Emissão de Debentures	Fiança	18.000	15/07/15	15/05/16	19.253
23/07/15	Assembleia Geral Extraordinária	Energia dos Ventos IV	Alupar	Escritura da 2ª Emissão de Debentures	Fiança	24.000	15/07/15	15/05/16	25.671
23/07/15	Assembleia Geral Extraordinária	Energia dos Ventos X	Alupar	Escritura da 2ª Emissão de Debentures	Fiança	22.000	15/07/15	15/05/16	23.532



b.2) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2015
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/11	30/06/17	4.830
31/07/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180833414 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	1.114	18/07/14	15/07/16	7
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	1.299	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	847	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	542	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	663	04/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181386812 - ONS	811	03/12/12	02/02/2016	12
N/A	N/A	Foz	Alupar	Carta de Fiança nº 181500012	Garantir obrigação pecuniária do Afiançado conforme Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 08.02.0070.1 celebrado com o BNDES	28.468	28/12/12	30/12/15	434
29/05/14	Conselho de Administração	AF Energia S.A.	Alupar	Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial - Sky-Cjto 151 e 152	Fiadora	148 mensal	01/06/14	01/06/19	6.216
29/05/14	Conselho de Administração	Alupar	Guarupart	Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial - Sky-Cjto 161 e 162	Fiadora	148 mensal	01/06/14	01/06/19	6.216
24/11/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181302814 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fianças)	2.270	01/12/14	01/12/16	35
N/A	N/A	ANEEL	Alupar	Carta de Fiança nº 180114815	Garantir obrigação pecuniária do Afiançado decorrentes do registro para elaboração de projeto básico UHE com fins de aprovação e início do processo de outorga de autorização (UHE E01A - Foz do Prata)	776	09/02/15	09/12/16	-
N/A	N/A	Energia dos Ventos I	Alupar	Garantia de Fiel Cumprimento de todas as obrigações da EDV I, conforme Edital, decorrentes da adjudicação do objeto do Leilão 07/2011	Fiança	3.362	24/03/15	31/03/16	-



c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2015, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2015 no montante de até R\$ 10.630, sendo R\$ 1.570 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$ 9.060 referentes à remuneração da Diretoria.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a remuneração foi conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios (i)	7.334	5.674	16.622	14.220
Remuneração do conselho	1.016	1.375	2.027	2.211
Total	8.350	7.049	18.649	16.431

Empresas pré-operacionais

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios (i)	1.986	936
Total	1.986	936

- i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, odontológica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), outros benefícios de aposentadoria, participação nos lucros e gratificações.

d) Saldo e transações com outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem saldos envolvendo outras partes relacionadas.

36. Instrumentos financeiros

36.1 Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.



36.2 Valor Justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	Consolidado				Critério de avaliação	Classificação
	31/12/2015		31/12/2014			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<u>Ativo financeiros</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	591.857	591.857	337.692	337.692	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	44.430	44.430	209.791	209.791	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	89.751	89.751	78.700	78.700	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	191.070	191.070	242.383	242.383	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	4.570.171	4.570.171	4.493.242	4.493.242	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos judiciais	7.666	7.666	7.300	7.300	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	5.494.945	5.494.945	5.369.108	5.369.108		
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	341.811	341.811	82.872	82.872	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	2.077.318	2.077.318	1.756.150	1.756.150	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures - principal e encargos	2.551.042	2.551.042	2.220.887	2.220.887	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	4.970.171	4.970.171	4.059.909	4.059.909		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.



(ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. Em 31 de dezembro de 2015, o percentual mínimo e máximo do preço unitário para as debêntures com mercado ativo foi a seguinte:

31/12/2015			
Código do Ativo		% PU Mínimo	% PU Máximo
Alupar Investimento S.A.	ALPA14	99,65	99,96
Alupar Investimento S.A.	APAR16	96,25	104,87
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	ENTE11	100,04	100,06
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	ENTE12	99,85	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	ETEP12	100,00	100,00
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE11	100,06	100,06
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE14	98,19	100,00
Energia dos Ventos I S.A.	ENVI11	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A.	EDVS11	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A.	EDVS12	99,89	99,90
Energia dos Ventos III S.A.	EVII11	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A.	EDVI11	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A.	EDVI12	99,89	99,90
Energia dos Ventos X S.A.	EDVX11	100,00	100,00

Para as debêntures das controladas ETEP, ECTE, Ferreira Gomes e Transirapé que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base nas debêntures do Grupo com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

36.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e



Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativo financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Investimentos de curto prazo
Títulos e valores mobiliários
Ativo financeiro da concessão

Consolidado			
31/12/2015	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	
	591.857	591.857	-
	44.430	44.430	-
	89.751	89.751	-
	4.570.171	-	4.570.171
	5.296.209	726.038	4.570.171

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Investimentos de curto prazo
Títulos e valores mobiliários
Ativo financeiro da concessão

Consolidado			
31/12/2014	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	
	337.692	337.692	-
	209.791	209.791	-
	78.700	78.700	-
	4.493.242	-	4.493.242
	5.119.425	626.183	4.493.242

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

36.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 4.628.360, sendo que 24,04 % desse valor (ou R\$ 1.112.886) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no



futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2015, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 42% de recursos próprios em contrapartida a 58% de capital de terceiros (43% de recursos próprios e 57% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 103,5% em 31 de dezembro de 2015 e 102,5% em 31 de dezembro de 2014.

36.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e as suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 18 de dezembro de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2015	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			11,32%	5,66%	8,49%	14,15%	16,98%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	363.889	41.192	20.596	30.894	51.490	61.788
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	44.430	5.029	2.515	3.772	6.287	7.544
Aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários)	CDI	89.751	10.160	5.080	7.620	12.700	15.240

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos por meio do relatório Focus do Banco Central de 26 de junho de 2015; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo



Conselho Monetário Nacional; e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos e financiamentos - (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2015 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI			11,32%	5,66%	8,49%	14,15%	16,98%	
	CDI	1,15%	22.500	2.835	1.547	2.191	3.479	4.123
TJLP			7,00%	3,50%	5,25%	8,75%	10,50%	
	TJLP +	1,93%	170.952	15.497	9.398	12.448	18.546	21.596
	TJLP +	2,02%	40.440	3.705	2.261	2.983	4.427	5.149
	TJLP +	2,04%	1.096	101	62	81	120	140
	TJLP +	2,08%	17.885	1.650	1.011	1.331	1.969	2.289
	TJLP +	2,22%	30.286	2.839	1.756	2.298	3.381	3.923
	TJLP +	2,34%	313.492	29.794	18.565	24.179	35.408	41.023
	TJLP +	2,37%	15.758	1.503	938	1.220	1.785	2.067
	TJLP +	2,38%	2.185	209	130	169	248	287
	TJLP +	2,44%	203.372	19.546	12.254	15.900	23.192	26.837
	TJLP +	2,56%	103.599	10.090	6.371	8.230	11.949	13.809
	TJLP +	3,17%	150.911	15.683	10.233	12.958	18.407	21.132
	TJLP +	3,50%	5.823	626	415	520	731	837
	TJLP +	5,70%	9	1	1	1	1	2
Total			1.078.308	104.077	64.941	84.509	123.644	143.212

Debêntures - (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2015 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			11,32%	5,66%	8,49%	14,15%	16,98%	
CDI	CDI +	0,99%	244.018	30.312	16.364	23.338	37.286	44.260
	CDI +	1,15%	269.569	33.966	18.533	26.250	41.683	49.399
	CDI +	1,30%	30.021	3.833	2.112	2.972	4.693	5.554
	CDI +	1,45%	149.694	19.362	10.766	15.064	23.659	27.957
	CDI +	2,15%	69.167	9.485	5.486	7.486	11.485	13.484
	109,75% CDI		630.779	78.366	39.183	58.775	97.958	117.549
	110,00% CDI		198.544	24.723	12.361	18.542	30.903	37.084
	112,5% CDI		13.261	1.689	844	1.267	2.111	2.533
	IPCA			7,83%	3,92%	5,87%	9,79%	11,75%
		IPCA +	6,47%	238.307	35.282	25.348	30.315	40.248
IPCA +		7,33%	258.781	40.716	29.843	35.279	46.153	51.590
IPCA +		7,80%	384.898	62.510	46.266	54.388	70.632	78.754
Total		2.487.039	340.244	207.107	273.675	406.812	473.381	

(*) Refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os empréstimos e financiamentos que são remunerados com taxa fixa.

Análise de sensibilidade ao risco da moeda - consolidada

Com o objetivo de verificar a sensibilidade das dívidas em moeda estrangeira aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi utilizada a projeção do dólar norte-americano para um ano com base no relatório FOCUS de 18 de dezembro de 2015, e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.



Empréstimos e financiamentos (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa de juros	Posição em 31.12.2015 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD				3,93	1,97	2,95	4,91	5,90
	Var. do US\$ +	5,00%	2.793	19	(1.457)	(719)	757	1.495
			2.793	19	(1.457)	(719)	757	1.495

(*) Refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos.

36.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

36.6.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

A habilidade das nossas controladas de transmissão e geração de energia elétrica de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da capacidade de cobrá-los.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

36.6.2 Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam aproximadamente o montante de R\$ 679.015 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os



limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 - Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	326.183	3.253	1.205	11.170	-	341.811
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	58.499	461.498	357.004	529.609	670.708	2.077.318
Debêntures	73.721	519.168	609.819	896.216	452.118	2.551.042
Total	458.403	983.919	968.028	1.436.995	1.122.826	4.970.171

Outro ponto importante é que 97,16% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas (84,3% em 31 de dezembro de 2014), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES e outras instituições de fomento. Cerca de 3,7% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (2,8% em 31 de dezembro de 2014).

36.6.3 Riscos de mercado

Risco Hidrológico:

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

Risco de Descontratação:



Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas das controladas de geração estão sendo vendidos para o ACR e ACL, estando, aproximadamente, 15% descontratada a partir de 2015 quando combinado com os recursos da comercializadora de energia controlada da Companhia.

A partir de 2015, as receitas das controladas de geração estão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

36.6.4 Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 2,6 % do total da dívida consolidada (1,7% em 31 de dezembro de 2014).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

36.6.5 Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

36.6.6 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.



36.6.7 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. (vide notas explicativas 24 e 25).

36.6.8 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos (Líquidos dos custos a amortizar)				
Circulante	(11.791)	(11.867)	(519.997)	(170.220)
Não circulante	(16.565)	(28.259)	(1.557.321)	(1.585.930)
Debêntures (Líquidos dos custos a amortizar)				
Circulante	(33.745)	(133.250)	(592.889)	(371.182)
Não circulante	(775.524)	(449.546)	(1.958.153)	(1.849.705)
Dívida total	(837.625)	(622.922)	(4.628.360)	(3.977.037)
Caixa e equivalentes de caixa	134.631	114.162	591.857	337.692
Investimentos de curto prazo	44.430	209.791	44.430	209.791
Títulos e valores mobiliários (Circulante e não circulante)	-	-	89.751	78.700
Dívida líquida	(658.564)	(298.969)	(3.902.322)	(3.350.854)
Patrimônio líquido	2.510.077	2.453.310	4.067.046	3.878.309
Índice de endividamento líquido	0,26	0,12	0,96	0,86

37. Informações por segmento

Os segmentos operacionais da Alupar consistem na atividade de transmissão e geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

As receitas, os custos e as despesas operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:



	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2015							
	Transmissão	Geração	Holding	Outros				
Receita operacional bruta	1.414.283	376.340	-	72.011	1.862.634	(159.850)	(69.865)	1.632.919
Receita de transmissão de energia	144.224	-	-	-	144.224	(35.571)	-	108.653
Receita de infraestrutura	113.125	-	-	-	113.125	(37.348)	-	75.777
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.156.934	-	-	-	1.156.934	(86.931)	-	1.070.003
Suprimento de energia	-	376.340	-	60.179	436.519	-	(58.033)	378.486
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	132	132	-	(132)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	11.700	11.700	-	(11.700)	-
Deduções da receita operacional bruta	(105.296)	(36.365)	-	(8.389)	(150.050)	10.690	-	(139.360)
Receita operacional líquida	1.308.987	339.975	-	63.622	1.712.584	(149.160)	(69.865)	1.493.559
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(63.944)	-	(52.598)	(116.542)	-	58.033	(58.509)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(26.342)	-	-	(26.342)	-	-	(26.342)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(9.552)	-	-	(9.552)	-	-	(9.552)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(84.186)	(26.102)	-	(10.519)	(120.807)	7.971	11.832	(101.004)
Custo de infraestrutura	(113.126)	-	-	-	(113.126)	37.348	-	(75.778)
Depreciação / Amortização	(7.380)	(68.636)	-	(9)	(76.025)	7.272	-	(68.753)
	(204.692)	(194.576)	-	(63.126)	(462.394)	52.591	69.865	(339.938)
Lucro bruto	1.104.295	145.399	-	496	1.250.190	(96.569)	-	1.153.621
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(40.754)	(32.746)	(33.921)	(709)	(108.130)	(250)	-	(108.380)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	334.651	-	334.651	-	(317.386)	17.265
Outras receitas	121	300	14.448	-	14.869	-	-	14.869
Outras despesas	(44.020)	(117)	(39)	-	(44.176)	44.020	-	(156)
	(84.653)	(32.563)	315.139	(709)	197.214	43.770	(317.386)	(76.402)
LAJIR	1.019.642	112.836	315.139	(213)	1.447.404	(52.799)	(317.386)	1.077.219
Depreciação / Amortização	10.046	69.448	1.351	12	80.857	(7.299)	-	73.558
LAJIDA	1.029.688	182.284	316.490	(201)	1.528.261	(60.098)	(317.386)	1.150.777
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(257.637)	(134.396)	(140.460)	(10)	(532.503)	18.951	-	(513.552)
Encargos de dívidas	(242.728)	(106.062)	(127.817)	-	(476.607)	17.841	-	(458.766)
Variações cambiais	(1.604)	(1.367)	(1)	-	(2.972)	(320)	-	(3.292)
Outras	(13.305)	(26.967)	(12.642)	(10)	(52.924)	1.430	-	(51.494)
Receitas financeiras	28.924	20.668	38.581	96	88.269	(2.414)	-	85.855
Receitas de aplicações financeiras	28.071	7.545	36.914	98	72.628	(2.355)	-	70.273
Outras	853	13.123	1.667	(2)	15.641	(59)	-	15.582
	(228.713)	(113.728)	(101.879)	86	(444.234)	16.537	-	(427.697)
LAIR	790.929	(892)	213.260	(127)	1.003.170	(36.262)	(317.386)	649.522
IR e CSLL correntes	(87.257)	(10.022)	-	-	(97.279)	1.241	-	(96.038)
IR e CSLL diferidos	(22.082)	11.113	-	-	(10.969)	28.677	-	17.708
	(109.339)	1.091	-	-	(108.248)	29.918	-	(78.330)
Lucro líquido Consolidado	681.590	199	213.260	(127)	894.922	(6.344)	(317.386)	571.192
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(362.023)	(362.023)
Lucro líquido Alupar	681.590	199	213.260	(127)	894.922	(6.344)	(679.409)	209.169
Ativos operacionais	5.574.090	3.707.490	18.522	674	9.300.776	(842.693)	(8.939)	8.449.144
Passivos operacionais	252.483	429.669	13.708	763	696.623	(14.489)	(29.119)	653.015

A conciliação da demonstração do resultado segregada por atividade com a demonstração do resultado consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	Exercício findo em					Total eliminações	Total consolidado
	31/12/2015						
Subtotal	Eliminações						
	Transmissão	Geração	Holding	Outros			
Receita operacional bruta	1.602.184	100.600	(58.033)	-	(11.832)	30.735	1.632.919
Receita de transmissão de energia	144.224	(35.571)	-	-	-	(35.571)	108.653
Receita de infraestrutura	(80.628)	156.405	-	-	-	156.405	75.777
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.090.237	(20.234)	-	-	-	(20.234)	1.070.003
Suprimento de energia	436.519	-	(58.033)	-	-	(58.033)	378.486
Consultoria e assessoramento na área regulatória	132	-	-	-	(132)	(132)	-
Serviços de operação e manutenção	11.700	-	-	-	(11.700)	(11.700)	-
Deduções da receita operacional bruta	(150.050)	10.690	-	-	-	10.690	(139.360)
Receita operacional líquida	1.452.134	111.290	(58.033)	-	(11.832)	41.425	1.493.559
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(116.542)	-	-	-	58.033	58.033	(58.509)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(26.342)	-	-	-	-	-	(26.342)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(9.552)	-	-	-	-	-	(9.552)
Custo de operação							
Custo dos serviços prestados	(120.807)	7.971	11.832	-	-	19.803	(101.004)
Custo de infraestrutura	80.627	(156.405)	-	-	-	(156.405)	(75.778)
Depreciação / Amortização	(76.025)	7.272	-	-	-	7.272	(68.753)
	(268.641)	(141.162)	11.832	-	58.033	(71.297)	(339.938)
Lucro bruto	1.183.493	(29.872)	(46.201)	-	46.201	(29.872)	1.153.621
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(108.130)	(257)	7	-	-	(250)	(108.380)
Resultado de equivalência patrimonial	334.651	-	-	(317.386)	-	(317.386)	17.265
Outras receitas	14.869	-	-	-	-	-	14.869
Outras despesas	(156)	-	-	-	-	-	(156)
	241.234	(257)	7	(317.386)	-	(317.636)	(76.402)
LAJIR	1.424.727	(30.129)	(46.194)	(317.386)	46.201	(347.508)	1.077.219
Depreciação / Amortização	80.857	(7.299)	-	-	-	(7.299)	73.558
LAJIDA	1.505.584	(37.428)	(46.194)	(317.386)	46.201	(354.807)	1.150.777
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(532.503)	18.951	-	-	-	18.951	(513.552)
Encargos de dívidas	(476.607)	17.841	-	-	-	17.841	(458.766)
Variações cambiais	(2.972)	(320)	-	-	-	(320)	(3.292)
Outras	(52.924)	1.430	-	-	-	1.430	(51.494)
Receitas financeiras	88.269	(2.414)	-	-	-	(2.414)	85.855
Receitas de aplicações financeiras	72.628	(2.355)	-	-	-	(2.355)	70.273
Outras	15.641	(59)	-	-	-	(59)	15.582
	(444.234)	16.537	-	-	-	16.537	(427.697)
LAIR	980.493	(13.592)	(46.194)	(317.386)	46.201	(330.971)	649.522
IR e CSLL correntes	(97.279)	1.241	-	-	-	1.241	(96.038)
IR e CSLL diferidos	11.708	6.000	-	-	-	6.000	17.708
	(85.571)	7.241	-	-	-	7.241	(78.330)
Lucro líquido Consolidado	894.922	(6.351)	(46.194)	(317.386)	46.201	(323.730)	571.192
Participação de não controladores	-	(353.832)	(2.383)	(5.808)	-	(362.023)	(362.023)
Lucro líquido Alupar	894.922	(360.183)	(48.577)	(323.194)	46.201	(685.753)	209.169
Ativos operacionais	9.303.044	(842.693)	(8.309)	-	(630)	(851.632)	8.451.412
Passivos operacionais	696.623	(14.489)	(8.309)	(20.155)	(655)	(43.608)	653.015



Os ativos dos segmentos em 31 de dezembro de 2015 incluem “contas a receber de clientes” no montante de R\$ 199.375, “ativo financeiro da concessão” no montante de R\$ 4.570.171, “estoques” no montante de R\$ 28.343, e “imobilizado” no montante de R\$ 3.631.006.

Os passivos dos segmentos em 31 de dezembro de 2015, os quais são administrados no âmbito do Grupo, incluem “empréstimos e financiamentos” no montante de R\$ 2.077.318, “debêntures” no montante de R\$ 2.551.042 “imposto de renda e contribuição social a pagar” no montante de R\$ 54.600, “dividendos a pagar” no montante de R\$ 160.395, “provisões para contingências” no montante de R\$ 4.279, “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 359, e “imposto de renda e contribuição social diferidos” no montante de R\$ 478.326.

As receitas, os custos e as despesas operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2014							
	Transmissão	Geração	Holding	Outros				
Receita operacional bruta	1.548.316	311.466	-	9.586	1.869.368	(283.840)	(9.586)	1.575.942
Receita de transmissão de energia	138.382	-	-	-	138.382	(26.942)	-	111.440
Receita de infraestrutura	316.572	-	-	-	316.572	(185.950)	-	130.622
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.093.362	-	-	-	1.093.362	(70.948)	-	1.022.414
Suprimento de energia	-	311.466	-	-	311.466	-	-	311.466
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	241	241	-	(241)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	9.345	9.345	-	(9.345)	-
Deduções da receita operacional bruta	(88.228)	(22.863)	-	(1.274)	(112.365)	5.963	-	(106.402)
Receita operacional líquida	1.460.088	288.603	-	8.312	1.757.003	(277.877)	(9.586)	1.469.540
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(65.655)	-	-	(65.655)	-	-	(65.655)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(12.385)	-	-	(12.385)	-	-	(12.385)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(3.616)	-	-	(3.616)	-	-	(3.616)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(82.660)	(19.519)	-	(7.974)	(110.153)	6.912	9.586	(93.655)
Custo de infraestrutura	(316.572)	-	-	-	(316.572)	185.950	-	(130.622)
Depreciação / Amortização	(5.254)	(35.177)	-	(5)	(40.436)	5.131	-	(35.305)
	(404.486)	(136.352)	-	(7.979)	(548.817)	197.993	9.586	(341.238)
Lucro bruto	1.055.602	152.251	-	333	1.208.186	(79.884)	-	1.128.302
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(43.904)	(19.871)	(34.479)	(1.592)	(99.846)	5.107	-	(94.739)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	462.969	-	462.969	-	(436.137)	26.832
Outras receitas	69	377	4.766	-	5.212	-	-	5.212
Outras despesas	(37)	(16)	(15.225)	-	(15.278)	-	-	(15.278)
	(43.872)	(19.510)	418.031	(1.592)	353.057	5.107	(436.137)	(77.973)
LAJIR	1.011.730	132.741	418.031	(1.259)	1.561.243	(74.777)	(436.137)	1.050.329
Depreciação / Amortização	7.120	35.572	1.012	8	43.712	(5.164)	-	38.548
LAJIDA	1.018.850	168.313	419.043	(1.251)	1.604.955	(79.941)	(436.137)	1.088.877
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(186.287)	(47.805)	(97.292)	(15)	(331.399)	17.219	-	(314.180)
Encargos de dívidas	(179.814)	(43.526)	(90.477)	-	(313.817)	16.976	-	(296.841)
Variações cambiais	(386)	(1.177)	(4.905)	-	(6.468)	-	-	(6.468)
Outras	(6.087)	(3.102)	(1.910)	(15)	(11.114)	243	-	(10.871)
Receitas financeiras	22.298	6.368	45.394	40	74.100	(2.546)	-	71.554
Receitas de aplicações financeiras	18.589	5.828	42.876	40	67.333	(1.379)	-	65.954
Outras	3.709	540	2.518	-	6.767	(1.167)	-	5.600
	(163.989)	(41.437)	(51.898)	25	(257.299)	14.673	-	(242.626)
LAIR	847.741	91.304	366.133	(1.234)	1.303.944	(60.104)	(436.137)	807.703
IR e CSLL correntes	(71.578)	(9.095)	(347)	(48)	(81.068)	2.184	-	(78.884)
IR e CSLL diferidos	5.240	-	-	-	5.240	17.599	-	22.839
	(66.338)	(9.095)	(347)	(48)	(75.828)	19.783	-	(56.045)
Lucro líquido Consolidado	781.403	82.209	365.786	(1.282)	1.228.116	(40.321)	(436.137)	751.658
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(388.873)	(388.873)
Lucro líquido Alupar	781.403	82.209	365.786	(1.282)	1.228.116	(40.321)	(825.010)	362.785
Ativos operacionais	5.434.555	3.111.380	4.355	654	8.550.944	(925.839)	(611)	7.624.494
Passivos operacionais	180.177	191.290	9.718	149	381.334	(20.666)	(624)	360.044



A conciliação da demonstração do resultado segregada por atividade com a demonstração do resultado consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é conforme segue:

	Exercício findo em					Total eliminações	Total consolidado
	31/12/2014						
	Subtotal	Eliminações					
Transmissão		Geração	Holding	Outros			
Receita operacional bruta	1.869.368	(283.840)	-	-	(9.586)	(293.426)	1.575.942
Receita de transmissão de energia	138.382	(26.942)	-	-	-	(26.942)	111.440
Receita de infraestrutura	316.572	(185.950)	-	-	-	(185.950)	130.622
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.093.362	(70.948)	-	-	-	(70.948)	1.022.414
Suprimento de energia	311.466	-	-	-	-	-	311.466
Consultoria e assessoramento na área regulatória	241	-	-	-	(241)	(241)	-
Serviços de operação e manutenção	9.345	-	-	-	(9.345)	(9.345)	-
Deduções da receita operacional bruta	(112.365)	5.963	-	-	-	5.963	(106.402)
Receita operacional líquida	1.757.003	(277.877)	-	-	(9.586)	(287.463)	1.469.540
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(65.655)	-	-	-	-	-	(65.655)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(12.385)	-	-	-	-	-	(12.385)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(3.616)	-	-	-	-	-	(3.616)
Custo de operação							
Custo dos serviços prestados	(110.153)	6.912	9.586	-	-	16.498	(93.655)
Custo de infraestrutura	(316.572)	185.950	-	-	-	185.950	(130.622)
Depreciação / Amortização	(40.436)	5.131	-	-	-	5.131	(35.305)
	(548.817)	197.993	9.586	-	-	207.579	(341.238)
Lucro bruto	1.208.186	(79.884)	9.586	-	(9.586)	(79.884)	1.128.302
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(99.846)	4.531	576	-	-	5.107	(94.739)
Resultado de equivalência patrimonial	462.969	-	-	(436.137)	-	(436.137)	26.832
Outras receitas	5.212	-	-	-	-	-	5.212
Outras despesas	(15.278)	-	-	-	-	-	(15.278)
	353.057	4.531	576	(436.137)	-	(431.030)	(77.973)
LAJIR	1.561.243	(75.353)	10.162	(436.137)	(9.586)	(510.914)	1.050.329
Depreciação / Amortização	43.712	(5.164)	-	-	-	(5.164)	38.548
LAJIDA	1.604.955	(80.517)	10.162	(436.137)	(9.586)	(516.078)	1.088.877
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(331.399)	17.199	20	-	-	17.219	(314.180)
Encargos de dívidas	(313.817)	16.976	-	-	-	16.976	(296.841)
Variações cambiais	(6.468)	-	-	-	-	-	(6.468)
Outras	(11.114)	223	20	-	-	243	(10.871)
Receitas financeiras	74.100	(2.546)	-	-	-	(2.546)	71.554
Receitas de aplicações financeiras	67.333	(1.379)	-	-	-	(1.379)	65.954
Outras	6.767	(1.167)	-	-	-	(1.167)	5.600
	(257.299)	14.653	20	-	-	14.673	(242.626)
LAIR	1.303.944	(60.700)	10.182	(436.137)	(9.586)	(496.241)	807.703
IR e CSLL correntes	(81.068)	2.184	-	-	-	2.184	(78.884)
IR e CSLL diferidos	5.240	17.599	-	-	-	17.599	22.839
	(75.828)	19.783	-	-	-	19.783	(56.045)
Lucro líquido Consolidado	1.228.116	(40.917)	10.182	(436.137)	(9.586)	(476.458)	751.658
Participação de não controladores	-	(371.988)	(11.215)	(5.670)	-	(388.873)	(388.873)
Lucro líquido Alupar	1.228.116	(412.905)	(1.033)	(441.807)	(9.586)	(865.331)	362.785
Ativos operacionais	8.550.944	(762.120)	(163.719)	(4)	(607)	(926.450)	7.624.494
Passivos operacionais	381.334	(17.770)	(3.516)	(4)	-	(21.290)	360.044



Os ativos dos segmentos em 31 de dezembro de 2014 incluem “contas a receber de clientes” no montante de R\$ 242.383, “ativo financeiro da concessão” no montante de R\$ 4.493.242, “estoques” no montante de R\$ 28.148, e “imobilizado” no montante de R\$ 2.860.721.

Os passivos dos segmentos em 31 de dezembro de 2014, os quais são administrados no âmbito do Grupo, não incluem “empréstimos e financiamentos” no montante de R\$ 1.756.150, “debêntures” no montante de R\$ 2.220.887 “imposto de renda e contribuição social a pagar” no montante de R\$ 70.666, “dividendos a pagar” no montante de R\$ 199.965, “provisões para contingências” no montante de R\$ 2.829, “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 5.779, e “imposto de renda e contribuição social diferidos” no montante de R\$ 399.282.

38. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2015	31/12/2014
Assistência médica e vale transporte	5.481	4.585
Previdência privada (*)	649	556
Educação	186	162
Auxílio alimentação	3.046	2.929
Outros	1.117	1.124
Total	10.479	9.356

(*) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.



39.Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2015 estão assim distribuídos:

Responsabilidade civil				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Alupar Investimento S.A. (****)	28/08/2015	28/08/2016	50.000	136
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	04/07/2015	04/07/2016	13.292	4
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	04/07/2015	04/07/2016	4.500	1
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	04/07/2015	04/07/2016	12.772	4
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	04/07/2015	04/07/2016	42.415	13
EDV's (**)	15/12/2014	31/12/2016	5.000	142
Ferreira Gomes Energia S.A.	31/10/2015	03/11/2016	100.000 (*)	374 (*)
Foz do Rio Claro Energia S.A.	31/10/2015	03/11/2016	100.000 (*)	374 (*)
Grupo TBE (**)	31/12/2014	31/12/2015	5.000	54
Ijuí Energia S.A.	31/10/2015	03/11/2016	100.000 (*)	374 (*)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	31/05/2015	31/05/2016	USD 10.000	USD 24
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	31/10/2015	03/11/2016	100.000 (*)	374 (*)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31/10/2015	03/11/2016	100.000 (*)	374 (*)

(*) A importância assegurada no montante de R\$ 100.000 e o prêmio total no montante de R\$ 374 são compartilhados entre as controladas Ferreira Goms, Foz, Ijuí, Queluz e Lavrinhas.

(**) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

(***) EDV's corresponde as seguintes controladas: EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

(****) A importância assegurada refere-se a responsabilidade civil dos administradores e está compartilhada com todas as empresas controladas.

Riscos de engenharia				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
EDV's (*)	15/12/2014	31/12/2016	150.349	578

(*) EDV's corresponde as seguintes controladas: EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

Riscos nomeados / operacionais				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Alupar Investimento S.A.	01/02/2015	01/02/2016	340	14
Ferreira Gomes Energia S.A.	03/11/2015	03/11/2016	1.018 (*)	1.734 (*)
Companhia Transirapé de Transmissão	24/05/2015	24/05/2016	8.600	40
Companhia Transleste de Transmissão	17/12/2014	17/12/2015	7.850	17
Companhia Transudeste de Transmissão	24/05/2015	24/05/2016	2.000	6
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	04/07/2015	04/07/2016	8.124	11
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	04/07/2015	04/07/2016	21.859	28
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	04/07/2015	04/07/2016	2.051	26
Foz do Rio Claro Energia S.A.	03/11/2015	03/11/2016	1.018 (*)	1.734 (*)
Grupo TBE (**)	31/12/2015	31/12/2016	289.915	253
Ijuí Energia S.A.	03/11/2015	03/11/2016	1.018 (*)	1.734 (*)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (I)	29/06/2015	29/06/2016	Patrimônio da empresa - sede	2
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (II)	16/03/2015	16/03/2016	Subestações da empresa	60
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	04/07/2015	04/07/2016	117.060	152
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	03/11/2015	03/11/2016	1.018 (*)	1.734 (*)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	03/11/2015	03/11/2016	1.018 (*)	1.734 (*)
EDV's (***)	15/12/2014	31/12/2016	143.299	546

(*) A importância assegurada no montante de R\$ 1.018.490 e o prêmio total no montante de R\$ 1.734 são compartilhados entre as controladas Ferreira Goms, Foz, Ijuí, Queluz e Lavrinhas.

(**) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

(***) EDV's corresponde as seguintes controladas: EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

Riscos diversos				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
La Virgen S.A.C.	24/10/2014	15/07/2016	USD 118.000	USD 630
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	10/09/2015	10/09/2016	190	2

Compreensivo empresarial				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Grupo TBE (*)	16/05/2015	16/05/2016	8.000	8

(*) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE



Veículos				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Alupar Investimento S.A.	19/06/2015	19/06/2016	100% tabela FIPE	9
Foz do Rio Claro Energia S.A.	19/06/2015	19/06/2016	100% tabela FIPE	3
Grupo TBE (*)	20/02/2015	31/12/2015	Frota de 57 veículos	84
Ijuí Energia S.A.	19/06/2015	19/06/2016	65	3
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (I)	01/03/2015	01/03/2016	1 veículo	4
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (II)	27/04/2015	27/04/2016	8 veículos	27
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (III)	07/03/2015	07/03/2016	1 veículo	1
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	28/05/2015	28/05/2016	100% tabela FIPE	3
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	19/06/2015	19/06/2016	100% tabela FIPE	2
Ferreira Gomes Energia S.A.	19/06/2015	19/06/2016	100% tabela FIPE	58

(*) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

Incêndio				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	31/05/2015	31/05/2016	USD 24.682	USD 51

Fraude corporativa				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Grupo TBE (*)	31/12/2014	31/12/2015	5.000	55

(*) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

Produtos agropecuários				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Grupo TBE (*)	31/12/2015	31/12/2016	208	2

(*) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

40.Eventos subsequentes

Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Companhia após o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são conforme segue:



Controlada	Data	Valor
Agua Limpa S.A.	04/01/2016	35
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	04/01/2016	30
Verde 8 Energia S.A.	04/01/2016	30
Agua Limpa S.A.	07/01/2016	300
Boa Vista Participações S.A.	07/01/2016	1
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	07/01/2016	870
Verde 8 Energia S.A.	07/01/2016	730
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	12/01/2016	314
Windepar Holding S.A.	12/01/2016	5.999
Ijuí Energia S.A.	14/01/2016	500
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	19/01/2016	160
Agua Limpa S.A.	26/01/2016	100
Verde 8 Energia S.A.	26/01/2016	130
Windepar Holding S.A.	26/01/2016	15
Ijuí Energia S.A.	03/02/2016	460
Alupar Chile Inversiones SpA	04/02/2016	119
Forquilha IV Energia S.A.	04/02/2016	25
Verde 8 Energia S.A.	04/02/2016	230
Windepar Holding S.A.	10/02/2016	2.312
Windepar Holding S.A.	12/02/2016	2.700
Agua Limpa S.A.	16/02/2016	100
Verde 8 Energia S.A.	16/02/2016	215
Verde 8 Energia S.A.	18/02/2016	110
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	23/02/2016	100
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	26/02/2016	3.000
Total		18.585

Autorização para aumento do limite de capital autorizado

Em 09 de março de 2016, através de assembleia geral extraordinária foi aprovado por maioria dos votos proferidos, a proposta de reforma do estatuto social da Companhia, com a alteração do seu limite de capital autorizado, passando de 500.000.00 (quinhentas milhões) de ações para 1.000.000 (um bilhão) de ações, alterando-se o artigo 8º, parágrafo 1º do estatuto social da Companhia.

Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais

Em 10 de março de 2016, os membros do conselho de administração manifestaram-se favoravelmente em relação à distribuição de dividendos adicionais, no montante de R\$ 75.617, registrado na rubrica de Dividendo Adicional proposto. Em razão de tal deliberação, o montante total de dividendos a ser provisionado é de R\$ 174.972, correspondentes a 88,05% do lucro do líquido do exercício após a destinação da reserva legal.

Proposta de aumento do capital social da companhia mediante capitalização de parte da reserva de investimento

Em 10 de março de 2016, através de reunião do conselho de administração, os conselheiros recomendaram a aprovação, pelos acionistas da companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de abril de 2016, de proposta de aumento de capital no valor de R\$ 173.306.099,20 (centoe setenta e três milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e vinte centavos), mediante a capitalização de parte da reserva de investimento da Companhia no referido valor, com a emissão de 40.618.617 (quarenta milhões, seiscentas e dezoito mil, seiscentas e dezessete) novas ações, todas escriturais e sem valor nominal, respeitada a proporção atual do capital social da Companhia entre ações ordinárias e ações preferenciais, a serem bonificadas aos acionistas e detentores de Units na proporção de 6,56 (seis vírgula cinquenta e seis) novas ações para cada 100 (cem) ações existentes, independentemente de sua espécie, nos termos do artigo 169 da Lei 6.404/76.